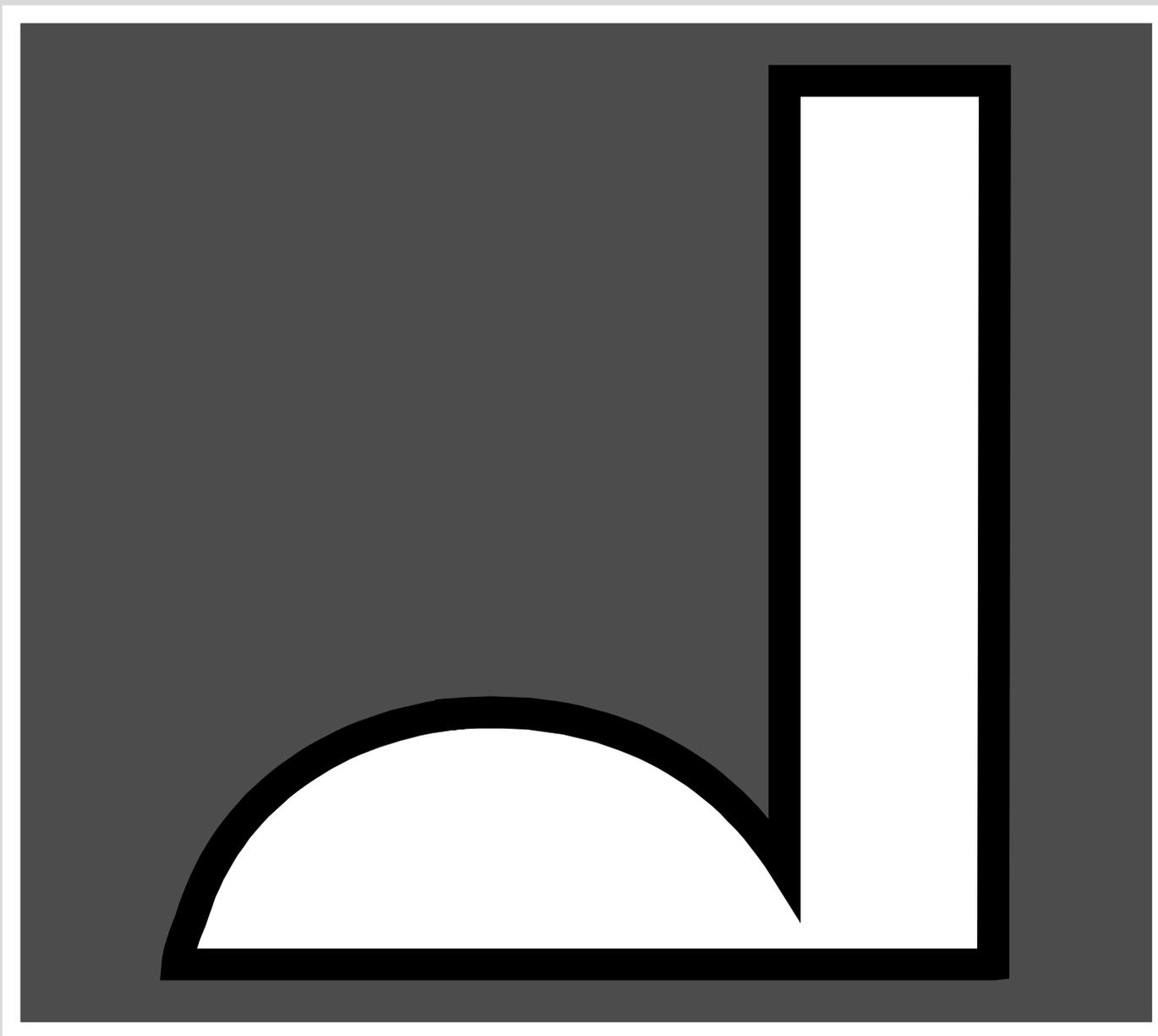




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LIX – Nº 107 – TERÇA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2004 – BRASÍLIA - DF**

---

<b>MESA</b>		
<p style="text-align: center;"><b>Presidente</b> José Sarney – PMDB – AP</p> <p style="text-align: center;"><b>1º Vice-Presidente</b> Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p style="text-align: center;"><b>2º Vice-Presidente</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p style="text-align: center;"><b>1º Secretário</b> Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p style="text-align: center;"><b>2º Secretário</b> Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p style="text-align: center;"><b>3º Secretário</b> Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p style="text-align: center;"><b>4º Secretário</b> Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p style="text-align: center;"><b>Suplentes de Secretário</b> 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>	
<b>LIDERANÇAS</b>		
<p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</b></p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER – PT</b> Ideli Salvatti – PT</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b> Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER - PSB - 3</b> João Capiberibe – PSB</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líder PSB</b> Geraldo Mesquita Júnior</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER - PTB – 3</b> Duciomar Costa – PTB</p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PMDB - 22</b> <b>LÍDER</b> Renan Calheiros – PMDB</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b> Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12</b></p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER</b> Efraim Morais – PFL</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b> Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER – PFL – 17</b> José Agripino – PFL</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b> Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER - PSDB – 12</b> Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b> Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PDT – 5</b> <b>LÍDER</b> Jefferson Péres – PDT</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líder</b> Almeida Lima</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER – PL – 3</b> Magno Malta – PL</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líder</b> Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PPS – 2</b> <b>LÍDER</b> Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b> <b>LÍDER</b> Aloizio Mercadante – PT</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b> Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT</p>
<b>EXPEDIENTE</b>		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b></p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Ronald Cavalcante Gonçalves <b>Diretor da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>	

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 91ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 28 DE JUNHO DE 2004

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. ... 19809

Nº 39, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera o § 1º do art. 14 da Constituição Federal para estabelecer o voto facultativo. .... 19814

#### 1.2.2 – Leitura de Projetos de Lei do Congresso Nacional

Nº 30, de 2004-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para reforço de dotação consignada na Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências. (Mensagem nº 101, de 2004-CN, nº 348/2004, na origem)..... 19816

Nº 31, de 2004-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$93.700.173,00 (noventa e três milhões, setecentos mil, cento e setenta e três reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 102, de 2004-CN, nº 349/2004, na origem). .... 19817

Nº 32, de 2004-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$33.016.820,00 (trinta e três milhões, dezesseis mil, oitocentos e vinte reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 103, de 2004-CN, nº 347/2004, na origem). .... 19818

Nº 34, de 2004-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral e da Presidência da República, crédito suplementar no valor global de R\$109.960.000,00 (cento e nove milhões, novecentos e sessenta mil reais), para

reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 105, de 2004-CN, nº 351/2004, na origem). .... 19819

Nº 33, de 2004-CN, que amplia o limite a que se refere o item III.4 do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004. (Mensagem 104, de 2004-CN, nº 350/2004, na origem)..... 19821

#### 1.2.3 – Comunicações da Presidência

Remessa, à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 30 a 34, de 2004-CN, lidos anteriormente, e estabelecimento de calendários para as suas tramitações..... 19821

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 193, de 2004, em 24 de junho de 2004, e publicada no dia 25 do mesmo mês de ano, que autoriza a União, a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.* ..... 19822

#### 1.2.4 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nºs 811 a 813/2004, de 22 do corrente, comunicando a aprovação, com emendas, dos Projetos de Lei de Conversão nºs 34, 35 e 36, de 2004, provenientes das Medidas Provisórias nºs 177, 178 e 179, de 2004..... 19823

#### 1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 7, de 2003, que dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais, a ser votado amanhã no Senado Federal. .... 19823

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reconhecimento da iniciativa do ex-governador Leonel Brizola na instituição dos Cieps, lamentando a paralisação do projeto de educação integral iniciado no governo Lula. .... 19835

SENADOR ALVARO DIAS – Expectativas de elevação da taxa de juros norte-americanas e seus desdobramentos para a economia global. Incapacidade de gerenciamento e aplicação dos recursos

públicos pelo governo, o que favorece o crescimento do superávit primário. .... 19837

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Importância do lançamento do programa de financiamento da safra agrícola, o “Plano Safra 2004/2005”. .... 19839

SENADOR *PAULO PAIM* – Análise sobre a situação do desemprego no País e da queda da renda do trabalhador brasileiro. .... 19842

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Avanços do Plano Safra lançado pelo governo federal. Contrário ao pagamento dos parlamentares pelo período de convocação extraordinária do Congresso Nacional. Anúncio do número telefônico disponibilizado pela Associação Médica Brasileira (AMB) para receber denúncias e reclamações relacionadas a planos de saúde. Defesa da atribuição do ministério público na investigação de crimes.... 19846

**1.2.6 – Ofício da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro**

Nº 470/2002, de 8 de outubro de 2002, da Procuradora da República Lisiane Cristina Braecher, devolvendo documentação relativa à CPI do Futebol, criada pelo Requerimento nº 497, de 2000-SF..... 19849

**1.2.7 – Comunicação da Presidência**

Lembrando às Senhoras e aos Senhores Senadores a realização de sessão deliberativa ordiná-

ria amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 19849

1.3 – ENCERRAMENTO

**SENADO FEDERAL**

**2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA**

**3 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

**5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

**6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

**7 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

**CONGRESSO NACIONAL**

**8 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

**9 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**

**11 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

# Ata da 91ª Sessão não Deliberativa, em 28 de junho de 2004

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney e Paulo Paim, e da Srª. Serys Slhessarenko*

*(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 30 minutos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –  
Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas os seguintes:

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

**Altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. Os incisos III, IV e XI, do art. 52, o § 2º do art. 55 e o § 4º do art. 66, da Constituição Federal, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52. ....

III – aprovar previamente, após arguição pública, a escolha de:

IV – aprovar previamente, após arguição, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

XI – aprovar, por maioria absoluta, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

.....“(NR)

“Art 55. ....

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação de qualquer dos seus membros ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.”

.....”(NR)

“Art 66. ....

§ 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.”

.....“(NR)

### Justificação

O voto secreto do parlamentar é um instituto criado no tempo do absolutismo, para proteger o mandatário do povo da pressão exercida pelo monarca. Aquela época fazia sentido se ocultar do Poder Executivo a opção do parlamentar no momento de exercer o voto em algumas matérias em que pudesse haver conflito de interesses entre o Monarca e o Parlamento, já que a pressão exercida por aquele contra este excedia os limites da razoabilidade.

Hoje, em pleno século XXI, manter-se o instituto do voto secreto do Parlamentar constitui um anacronismo e um atentado ao princípio democrático. O Poder Executivo democrático não pode mais exercer sobre o parlamentar a pressão ilegítima, atentatória da sua liberdade ou integridade física. A única pressão hoje possível é aquela contida nos limites da democracia e que pode perfeitamente ser suportada pelo parlamentar, já que somente o povo pode retirar o seu mandato.

Por outro lado, o princípio democrático exige que o eleitor possa saber como votou o seu mandatário em todas as matérias a ele submetidas. Só assim poderá controlar a fidelidade do parlamentar às propostas por ele apresentadas quando do pleito eleitoral.

Não se pode admitir que em matérias relativas ao julgamento de seus Pares, à escolha dos ocupantes dos principais cargos públicos do Estado e da deliberação sobre veto do Poder Executivo, o parlamentar esconda o seu voto do seu eleitor.

Por essas razões é que apresento esta proposta de emenda à constituição, a qual peço a aprovação dos meus Pares.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2004. – **Sérgio Cabral**, Senador.

"ALTERA OS ARTS. 52, 55 e 66, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA ESTABELECE O VOTO ABERTO NOS CASOS EM QUE MENCIONA, TERMINANDO COM O VOTO SECRETO PARLAMENTAR."

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº /2004  
SENADOR SÉRGIO CABRAL

*[Handwritten signatures and names on the left side of the page, many are crossed out with large diagonal lines.]*

- LEONARDO BRUNO
- LEONARDO BRUNO
- GABRIEL NUNES FELTO
- JEFERSON FERREZ
- NEY TURBINA
- EZEQUIAS MOPACI
- TOMAS FANTOZZI
- LEONARDO OLIVEIRA
- HELENA HELENA
- LUIS SIMÃO
- RAYMUNDO
- VITORIA AMARAL
- MARCELO VELLOSO
- ROLDO GONCALVES
- EDUARDO DE SAUS
- OSMAR DEAR
- COPPEL FMA
- JORGE CARLOS
- CYNTHIA AGUIAR
- TÁTIAS "RE"
- OSCAR LOPES
- JORGE CARLOS

"ALTERA OS ARTS. 52, 55 E 66, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA ESTABELECE O VOTO ABERTO NOS CASOS EM QUE MENCIONA, TERMINANDO COM O VOTO SECRETO PARLAMENTAR".

*[Handwritten signatures and names at the bottom of the page.]*

- JOSÉ JOYDO
- ILDOREO GUARAL
- MAO SANTO
- SERYS

## LEGISLAÇÃO CITADA

### CONSTITUIÇÃO FEDERAL

**Art. 52.** Compete privativamente ao Senado Federal: (EC nº 19/98, EC nº 23/99 e EC nº 42/2003)

I – processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) presidente e diretores do Banco Central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI – fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal;

VIII – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX – estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI – aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII – elaborar seu regimento interno;

XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XIV – eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

*Parágrafo único.* Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

**Art. 55.** Perderá o mandato o Deputado ou Senador: (ECR nº 6/94)

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º.

**Art. 66.** A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará. (EC nº 32/2001)

§ 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

§ 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.

§ 5º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.

§ 6º Rejeitado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos dos §§ 3º e 5º, o Presidente do Senado a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 2004

### Altera o § 1º do art. 14 da Constituição Federal para estabelecer o voto facultativo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O § 1º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. ....

§ 1º O alistamento eleitoral é obrigatório para os maiores de dezoito anos e o voto é facultativo para todos, a partir dos dezesseis anos de idade.

.....“(NR)

### Justificação

O direito de votar é sem dúvida o direito político por excelência. Ele é a base da democracia e condição essencial para o exercício de todas as liberdades públicas.

Votar constitui um dever cívico de todo cidadão. No Brasil, no entanto, esse direito e dever cívico foi transformado em uma obrigação legal. No momento em que o país passa por tantas mudanças e necessita certamente de uma reforma política, a questão do voto obrigatório assume um papel central, juntamente com o debate sobre o voto distrital misto, a fidelidade partidária, a cláusula de barreira, dentre outros.

A obrigatoriedade de voto, prevista na atual redação do § 1º, do art. 14, da Constituição Federal, significa que a omissão no exercício desse direito, fundamental ao Estado democrático, por parte do cidadão o sujeita a uma sanção imposta pelo poder público.

Essa simples constatação já denuncia uma contradição na obrigatoriedade do voto. Se o voto é um direito, como podemos punir o cidadão que simplesmente se recusa ao exercício desse direito? O ato de não votar não exprime também uma opção política, ainda que reprovável sob o aspecto da participação cívica?

O ato de votar deve, por sua própria natureza, ser espontâneo. É fundamental que se dê a todos os cidadãos a oportunidade para o exercício do voto nas eleições. Não se pode, porém, obrigar aquele que simplesmente não quer participar a escolher um candidato, quando não tenha efetivado qualquer tipo de reflexão com essa finalidade.

Com o voto obrigatório se alcança o objetivo de obtenção de uma grande quantidade de votos, mas se sacrifica enormemente a qualidade do voto.

A regra constitucional da obrigatoriedade do voto, nos seus efeitos práticos, em nada colabora com a democracia, muito pelo contrário. Ela é fonte direta do voto irresponsável, irrefletido, clientelista e oportunista. E muito comum ver o cidadão, no dia da eleição, votar em um candidato simplesmente porque alguém lhe entregou um “santinho” no caminho para a seção eleitoral, ou porque um amigo ou um cabo eleitoral lhe “soprou” um nome ou um número no momento do exercício do voto. Alguns votam em um candidato simplesmente porque viram um **outdoor** ou leram anúncio de jornal no dia da eleição, ou, o que é mais grave e ilegal, porque tal candidato forneceu a ele a condução necessária para exercer a sua obrigação legal.

Esse tipo de voto, irrefletido, pouco contribui para a democracia. Afinal, o Estado de direito somente pode se desenvolver através da escolha livre e pensada dos representantes políticos dos cidadãos.

A comparação do sistema brasileiro da obrigatoriedade do voto com os sistemas dos demais países é um indicativo importante na reflexão sobre a conveniência e a oportunidade da sua manutenção.

Em países mais desenvolvidos, o voto é considerado um direito e não uma obrigação, como ocorre, por exemplo, em Portugal, Noruega, Suíça, Finlândia, Holanda, Bélgica, Alemanha, Áustria, Canadá, Estados Unidos, Japão, Espanha, Grã-Bretanha, dentre outros. Mesmo na maioria dos países menos desenvolvidos, não há obrigatoriedade de voto.

A experiência tem demonstrado que o fato de nem todos os cidadãos efetivamente votarem nesses países de forma alguma afetou quer a democracia quer a legitimidade dos representantes eleitos. O voto não obrigatório tem, em verdade, colaborado para a redução de práticas eleitorais reprováveis, tais como a fraude e o abuso do poder econômico.

O Brasil é acompanhado na obrigatoriedade do voto somente por um pequeno grupo de países, tais como Bolívia, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Costa Rica, Argentina e parcialmente pela Grécia. No Chile, o voto é obrigatório, mas não o alistamento eleitoral.

Não há qualquer elemento indicativo nessas nações de que a obrigatoriedade de voto tenha tido um papel fundamental ou relevante na legitimidade dos seus representantes. Muito pelo contrário. O voto burocrático decorrente da obrigação legal de votar, tem sido um fator a mais a contribuir para más escolhas.

O exercício do direito de votar só é válido e desejável se efetivado de forma consciente. Toda escolha exprime o exercício de uma liberdade. A escolha compulsória encerra em si uma contradição inafastável, porque a liberdade de escolha deixa de ser livre.



## LEGISLAÇÃO CITADA

## CONSTITUIÇÃO FEDERAL

## CAPÍTULO IV

## Dos Direitos Políticos

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante; (ECR nº 4/94 e EC nº 16/97)

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e voto são:

- I – obrigatório para os maiores de dezoito anos;
- II – facultativos para:

- a) os analfabetos
- b) os maiores de setenta anos;
- c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, projetos de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI Nº 30, DE 2004 – CN**

**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$25.000.000,00 para reforço de dotação consignada na Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004), em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit

financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2003.

Art. 3º Fica cancelada a programação constante do Anexo II desta Lei, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de junho de 2004

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES  
UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	J	F	VALOR
			S	N	P	O	L	T	
			F	D	D	D	E	E	
		1128 URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS							25.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
16 846	1128 0634	APOIO A MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS							25.000.000
16 846	1128 0634 0030	APOIO A MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS - NA REGIAO SUDESTE							25.000.000
			F	4	2	40	0	300	8.000.000
			F	4	2	40	0	362	17.000.000
		TOTAL - FISCAL							25.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							25.000.000

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO  
UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	J	F	VALOR
			S	N	P	O	L	T	
			F	D	D	D	E	E	
		9991 HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL							25.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
16 846	9991 0703	SUBSIDIO A HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL (MP Nº 2.212, DE 2001)							25.000.000
16 846	9991 0703 0001	SUBSIDIO A HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL (MP Nº 2.212, DE 2001) - NACIONAL							25.000.000
			F	3	1	90	0	144	25.000.000
		TOTAL - FISCAL							25.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							25.000.000

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

**PROJETO DE LEI Nº 31, DE 2004-CN**

**Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$93.700.173,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de

2004), em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$93.700.173,00 (noventa e três milhões, setecentos mil, cento e setenta e três reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de junho de 2004

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO  
UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FLUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTAVEIS</b>								<b>93.700.173</b>	
OPERACOES ESPECIAIS									
11 845	0104 0585	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL							93.700.173
11 845	0104 0585 0001	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL - NACIONAL							93.700.173
		PESCADOR BENEFICIADO (UNIDADE) 105415	S	3	1	90	0	140	93.700.173
TOTAL - FISCAL								0	
TOTAL - SEGURIDADE								93.700.173	
TOTAL - GERAL								93.700.173	

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO  
UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FLUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0999 RESERVA DE CONTINGENCIA</b>								<b>93.700.173</b>	
OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							93.700.173
99 999	0999 0998 0024	RESERVA DE CONTINGENCIA - RESERVA DE CONTINGENCIA/RECURSOS VINCULADOS AO FUNDO DE AMPARO DO TRABALHADOR							93.700.173
			S	9	0	99	0	140	93.700.173
TOTAL - FISCAL								0	
TOTAL - SEGURIDADE								93.700.173	
TOTAL - GERAL								93.700.173	

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

**PROJETO DE LEI Nº 32, DE 2004**

**Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$33.016.820,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004), em favor do Ministério da Saúde, crédito

suplementar no valor de R\$33.016.820,00 (trinta e três milhões, dezesseis mil, oitocentos e vinte reais), para atender às programações constantes do Anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2003.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de junho de 2004

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE  
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N F	G R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
0089		PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO						32.850.628
		OPERACOES ESPECIAIS						
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS						32.850.628
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL						32.850.628
			S	1	1	90	0	351
0750		APOIO ADMINISTRATIVO						166.192
		ATIVIDADES						
10 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE						166.192
10 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL						166.192
			S	1	1	90	0	351
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								33.016.820
TOTAL - GERAL								33.016.820

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

**PROJETO DE LEI Nº 34, DE 2004-CN**

**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral e da Presidência da República, crédito suplementar no valor global de R\$ 109.960.000,00, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004), em favor da Justiça Eleitoral e da Presidência da República, crédito suplementar no valor global de R\$109.960.000,00 (cento e nove milhões, novecentos e sessenta mil

reais), para atender às programações indicadas no Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – excesso de arrecadação de recursos ordinários, no valor de R\$107.000.000,00 (cento e sete milhões de reais); e

II – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$2.960.000,00 (dois milhões, novecentos e sessenta mil reais), conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de junho de 2004.

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL  
UNIDADE : 14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL</b>									<b>107.000.000</b>
ATIVIDADES									
02 126	0570 2365	ATUALIZACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE VOTACAO E APURACAO							87.300.000
02 126	0570 2365 0001	ATUALIZACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE VOTACAO E APURACAO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	87.300.000
			F	4	2	90	0	100	67.250.000
									20.050.000
02 061	0570 4269	PLEITOS ELEITORAIS							19.700.000
02 061	0570 4269 0001	PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	19.700.000
TOTAL - FISCAL									107.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									107.000.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20114 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0580 DEFESA JURIDICA DA UNIAO</b>									<b>1.361.000</b>
ATIVIDADES									
03 306	0580 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							1.361.000
03 306	0580 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	1.361.000
TOTAL - FISCAL									1.361.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.361.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20154 - PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0580 DEFESA JURIDICA DA UNIAO</b>									<b>1.599.000</b>
		ATIVIDADES							
03 306	0580 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							1.599.000
03 306	0580 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	1.599.000
TOTAL - FISCAL									1.599.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.599.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20114 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0580 DEFESA JURIDICA DA UNIAO</b>									<b>1.822.740</b>
		ATIVIDADES							
03 301	0580 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							1.522.740
03 301	0580 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	2	50	0	100	1.522.740
03 365	0580 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							300.000
03 365	0580 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									1.522.740
TOTAL - GERAL									1.822.740

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
 UNIDADE : 20154 - PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
<b>0580 DEFESA JURIDICA DA UNIAO</b>									<b>1.137.260</b>
ATIVIDADES									
03 301	0580 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							937.260
03 301	0580 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	2	50	0	100	937.260
03 365	0580 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							200.000
03 365	0580 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									200.000
TOTAL - SEGURIDADE									937.260
TOTAL - GERAL									1.137.260

(À Comissão Mista de Planos,  
 Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Os projetos lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001 – CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Até 3-8 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 11-8 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 16-8 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 26-8 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, projeto de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI Nº 33, DE 2004-CN**

**Amplia o limite a que se refere o item III.4 do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O limite a que se refere o item III.4 do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, fica acrescido em R\$2.099.684.777,00 (dois bilhões, noventa e nove milhões seiscentos e oitenta e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de junho de 2004

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001 – CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 3-8 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 17-8 Prazo para realização de audiências públicas;

Até 22-8 Prazo para apresentação do parecer preliminar, perante a comissão;

Até 25-8 Prazo para apresentação de emendas ao parecer preliminar;

Até 31-8 Prazo para votação do parecer preliminar com emendas pela comissão;

Até 15-9 Prazo para apresentação de emendas perante a comissão;

Até 20-9 Prazo para publicação e distribuição de avulsos;

Até 11-10 Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais pela sub-comissão;

Até 31-10 Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação na comissão do parecer final;

Até 5-11 Prazo para a sistematização do parecer sobre o projeto, e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;

Até 10-11 Prazo para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do Autógrafo.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O Senhor Presidente da República adotou, em 24 de junho de 2004, e publicou no dia 25 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 193, de 2004**, que “autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

### SENADORES

Titulares Suplentes

#### Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Sérgio Guerra (PSDB) 1. Paulo Octávio (PFL)  
José Agripino (PFL) 2. Demóstenes Torres (PFL)  
Arthur Virgílio (PSDB) 3. Antero Paes de Barros (PSDB)  
Tasso Jereissati (PSDB) 4. Lúcia Vânia (PFL)

#### PMDB

Renan Calheiros 1. Luiz Otávio  
Hélio Costa 2. Ney Suassuna  
Sérgio Cabral 3. Garibaldi Alves Filho

#### Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB)

Ideli Salvatti 1. Roberto Saturnino  
João Capiberibe 2. Geraldo Mesquita Júnior  
Duciomar Costa 3. Ana Júlia Carepa

#### PDT

Jefferson Péres 1. Almeida Lima

#### PL(1)

Magno Malta 1. Aelton Freitas

#### PPS(2)

Mozarildo Cavalcanti 1. vago

(1) O PL se desligou do Bloco de Apoio ao Governo em 13-4-2004.  
(2) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

### DEPUTADOS

#### Titulares

#### Suplentes

#### PT

Arlindo Chinaglia 1. Fernando Ferro  
Angela Guadagnin 2. Ivan Valente

#### PMDB

José Borba 1. André Luiz  
Mendes Ribeiro Filho 2. Gustavo Fruet

#### PFL

José Carlos Aleluia 1. José Roberto Arruda  
Rodrigo Maia 2. Onyx Lorenzoni

#### PP

Pedro Henry 1. Celso Russomanno

#### PSDB

Custódio Mattos 1. Alberto Goldman

#### PTB

José Múcio Monteiro  
1. Ricarte de Freitas  
Sandro Mabel 1. Miguel de Souza

#### Bloco (PL/PSL)

#### PPS

Júlio Delgado 1. Lupércio Ramos

#### PSB

Renato Casagrande 1. Dr. Evilásio

#### PCdoB\*

Renildo Calheiros 1. Jamil Murad

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **25-6-2004**
- Designação da Comissão: **28-6-2004**
- Instalação da Comissão: **29-6-2004**
- Emendas: **até 1º-8-2004** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **25-6-2004 a 8-8-2004** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **8-8-2004**
- Prazo na CD: **de 9-8-2004 a 22-8-2004** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **22-8-2004**
- Prazo no SF: **de 23-8-2004 a 5-9-2004** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **5-9-2004**

\* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **6-9-2004 a 8-9-2004** (43º ao 45º dia)

– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **9-9-2004** (46º dia)

– Prazo final no Congresso: **23-9-2004** (60 dias)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofícios do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PS-GSE nº 811

Brasília, 22 de junho de 2004

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foram aprovadas, na Sessão Plenária do dia 15-6-2004, as Emendas de nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 8 e rejeitada a Emenda de nº 3, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 34, de 2004 (MPv nº 177/04, do Poder Executivo), que “Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências.”

Comunico ainda que o Plenário aprovou Emenda de Redação oferecida pelo Relator.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e cópia dos autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

PS-GSE nº 812

Brasília, 22 de junho de 2004

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, em Sessão Plenária do dia 15-6-2004, foi aprovada a Emenda de nº 1, oferecida por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 35, de 2004 (MPv nº 178/04, do Poder Executivo), o qual “Autoriza, em caráter excepcional, a antecipação da transferência de recursos prevista no art. 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nas condições que especifica.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

PS-GSE nº 813

Brasília, 22 de junho de 2004

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foram aprovadas, na Sessão Plenária do dia 16-6-2004, as Emendas de números 1 a 6 apresentadas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 36, de 2004 (MPv nº 179/04, do Poder Executivo), o qual “Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.”

Comunico ainda que a Emenda de nº 6, que substitui o art. 5º do PLV 36/04, foi aprovada, mantendo, contudo, a expressão “...exceto em relação ao seu art. 4º, que entra em vigor na data da publicação.”, constante do PLV.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e cópia dos autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, a Presidência informa que os Projetos de Lei de Conversão nºs 34, 35 e 36, de 2004, provenientes das Medidas Provisórias nºs 177, 178 e 179, vão à Comissão Mista, nos termos do art. 11, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti por 20 minutos.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, encontram-se na Ordem do Dia de amanhã dois projetos apensados. Trata-se justamente dos itens 3 e 4. Um é projeto de minha autoria do ano de 2002 que trata da regulamentação e do funcionamento das organizações não-governamentais no País. O outro, nº 7, de 2003, foi resultado do trabalho da “CPI das ONGs” e tem o mesmo objetivo. Os dois projetos estão apensados e receberam pedido de urgência, já tendo sido relatados pelo Senador César Borges.

Sr. Presidente, já está passando do momento de essa matéria ser aprovada por este Senado. Desde aquela CPI, identificamos inúmeras irregularidades praticadas por essas organizações não-governamentais. No entanto, recentemente, tivemos uma constatação claríssima acerca da necessidade de haver uma regulamentação, uma fiscalização e um acompanhamento do trabalho dessas ONGs ou organizações não-governamentais.

Passo a ler, Sr. Presidente, matéria publicada em jornal intitulada “A Controladoria-Geral da União, CGU, fará auditoria nas ONGs e Funasa”:

A Controladoria-Geral da União (CGU) vai fazer um levantamento completo sobre o trabalho das organizações não-governamentais (Ongs) que atuam na área da promoção da saúde dos povos indígenas, utilizando-se de recursos da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

A informação foi repassada pelo Ministro de Controle e da Transparência, Waldir Pires, que está encaminhando expediente ao Ministro da Saúde, Humberto Costa, dando ciência do assunto e pedindo informações sobre o quadro geral de participação das ONGs no programa de assistência aos índios.

A matéria segue tratando do desvio de recursos públicos por essas instituições.

O jornal **O Estado de S.Paulo**, de 4 de junho, traz a seguinte matéria:

Funasa demite diretor ligado à ONG da saúde indígena.

Uma assessora, além da coordenadora do Programa de Tuberculose, foi afastada.

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) demitiu ontem Ricardo Chagas, diretor do Departamento de Saúde Indígena, e afastou

Fátima Aparecida da Silva, assessora do funcionário exonerado, e Vera Lúcia de Araújo Costa, coordenadora do Programa de Tuberculose. Chagas é casado com uma funcionária da ONG Sociedade de Defesa da Cidadania, Maria José Chagas, uma das entidades cuja contratação é considerada suspeita por favorecimento de parentesco.

Além de desviar recursos, a ONG pertencia a parentes de funcionários da própria fundação.

Vera Lúcia é casada com um servidor da Funai Roberto Lima Costa um dos fundadores da ONG Pró-Vida, também descredenciada. O secretário-executivo da Funasa, Lenildo Moraes, enumerou os indícios de irregularidades praticadas pelas duas ONGs na prestação de serviço na área de saúde indígena: compra de materiais sem atender à Lei de Licitações, contratações de automóveis e aluguel de imóvel em Brasília, fora do local da prestação de serviço às comunidades indígenas. As irregularidades foram constatadas por auditorias internas, feitas pela própria Funasa.

Em maio do ano passado, a Funasa iniciou auditorias preventivas nas ONGs e em outras empresas com as quais assinou convênios para atuarem no cuidado à saúde dos índios em todo o Brasil.

De acordo com os dados da Funasa de 2001 a 2002, foram realizadas quatro auditorias internas na empresa e, em 2003, treze. Lenildo Moraes disse que a Funasa não vai deixar que o atendimento à saúde das comunidades indígenas venha a ser prejudicado por causa dos problemas encontrados nas duas ONGs.

Os contratos da Fundação Nacional de Saúde suspeitos de irregularidades envolvem o repasse de R\$43 milhões entre 2002 e 2003.

Ontem, dez instituições foram indicadas para prestar os serviços de saúde indígena em substituição a essas ONGs. Entre os escolhidos para prestar atividade está a Universidade de Brasília.

Os resultados das investigações foram encaminhados para o Tribunal de Contas da União, para a Corregedoria-Geral da União e para a Sexta Câmara do Ministério Público.

Depois das investigações, a Funasa decidiu rever o papel das ONGs no sistema de atendimento à saúde indígena. Uma nova política foi estabelecida para tentar ampliar a possibilidade de controlar o uso dos recursos nas ações de saúde.

Sr. Presidente, trago outra matéria que, além de ressaltar que, em 2002, R\$43 milhões foram liberados para prestar atendimento aos índios, já se constatou o desvio de uma vultosa quantia.

Só para dar um exemplo, uma ONG chamada Cumpir, de Rondônia, desviou R\$2 milhões; e uma outra, também de Rondônia, chamada Paca, desviou R\$1 milhão.

Ao todo, essas ONGs, segundo os levantamentos preliminares, devem ter desviado muito mais que R\$10 milhões.

Passo a ler matéria que trata do assunto:

Das treze auditorias feitas ano passado, sete descobriram problemas, e os respectivos convênios não devem ser renovados. É o caso da Sociedade de Defesa da Cidadania (SDC) e do Instituto de Cooperação Pró-Vida. A SDC assinou convênio, em março de 2002, de R\$10,9 milhões. O Pró-Vida, que tem sede em Brasília e atua no Maranhão e no Pará, recebeu R\$5 milhões.

Sr. Presidente, há outras notícias.

O texto assinado pela jornalista Cláudia Antunes é intitulado "ONGS.gov" e chama atenção exatamente para o fato de o Governo brasileiro estar sendo substituído nas suas ações por essas instituições que recebem recursos públicos para atuar nas mais diversas áreas.

Notícia publicada na coluna do jornalista Cláudio Humberto, intitulada "Alegoria financeira", expressa:

O Tribunal de Contas da União deu nota zero ao carnavalesco Joãozinho Trinta e ao ex-Presidente da Funai, Mércio Gomes. A ONG deles, Flor do Amanhã, terá que devolver R\$64 mil de um convênio com a LBA.

Essa matéria demonstra que o ex-Presidente da Funai está envolvido numa ONG com o carnavalesco Joãozinho Trinta.

A cada dia que passa, constatam-se essas irregularidades que, mais que nunca, clamam por uma regulamentação do setor.

Precisamos efetivamente aprovar esse projeto que não tem por objetivo engessar ou impedir a atuação das ONGs. Pelo contrário, o projeto destina-se àquelas ONGs sérias que recebem e aplicam os recursos. É preciso, inclusive, haver clareza.

Daí por que o projeto prevê a criação de um cadastro nacional de ONGs que defina os seus objetivos e esclareça a origem e a aplicação dos recursos que recebem. Dizer que uma ONG, porque é uma atividade do terceiro setor, uma instituição da sociedade civil, não deve prestar contas dos recursos que recebe é institucionalizar no País uma verdadeira anarquia, principalmente com o dinheiro público, mas também com o dinheiro que, não vindo diretamente dos impostos pagos pelos cidadãos, de alguma maneira, são arrecadados sob uma falsa bandeira de se fazer o bem, de se prestar solidariedade. A toda hora, vemos artistas fazerem shows, a fim de destinarem recursos vultosos para determinadas ONGs, mas, depois, eles não prestam contas a ninguém.

Sabemos de ONGs transnacionais e de algumas outras ONGs nacionais que recebem recursos do exterior, a respeito das quais não se tem nem clareza quanto à aplicação dos recursos, pois deles não prestam contas. Nem o Brasil sabe o que elas fazem exatamente.

Nesse projeto há também limitação, impedimento de que estrangeiros, com visto de turista, atuem nessas organizações, notadamente na Amazônia. As pessoas entram como turistas, mas, na verdade, atuam como pesquisadores que vêm fazer um trabalho de biopirataria, desencaminhar o patrimônio da nossa biodiversidade e patenteá-lo exterior. Depois, vamos pagar *royalties* sobre produtos elaborados com nossa matéria-prima.

Entendo que devemos tratar desse assunto sem sectarismo, sem ideologia, mas sob a ótica da seriedade, de bem servir a população, principalmente porque a grande bandeira dessas ONGs é justamente atender às minorias, à camada da população mais sofrida, atender, de maneira charmosa, o meio ambiente.

É preciso que separemos o joio do trigo. Por isso, entendo que as ONGs sérias do País deveriam empenhar-se com seriedade na aprovação desse projeto. Ao aprová-lo, teríamos certeza de que muitas ONGs continuariam atuando sob o alcance do Poder Público, sob a fiscalização do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Até me admirei e estranhei quando recebi algumas ponderações de que deveria ser evitada a prestação de conta de uma ONG ao Ministério Público. As fundações anualmente prestam contas de suas atividades ao Ministério Público. Não entendo por que uma ONG não pode prestar contas como uma fundação, uma vez que desempenha atividade semelhante e diferencia-se apenas na denominação. No fundo, uma fundação é uma ONG. Uma associação de bairro, uma associação de profissionais que se voltam para uma determinada atividade também são ONGs.

Ocorre que, de uns tempos para cá, houve uma modificação no papel, pelo menos em relação ao que foi idealizado inicialmente, de termos instituições da sociedade civil agindo efetivamente em benefício de determinadas camadas da sociedade com o trabalho voluntariado. Nessas denúncias aqui, vimos funcionários recebendo polpidos salários, contratados com recursos públicos sem concurso público, sem nenhuma modalidade de obediência a nenhum tipo de lei. O que se constata, ao final, é um enorme desvio de dinheiro. Há o exemplo da ONG Ágora, que não está devidamente esclarecido, das que atuam na área de saúde indígena, e muitas outras que estão sendo investigadas. Temos, portanto, que votar uma norma a fim de regulamentar o trabalho das Organizações Não Governamentais, que devem estar sob a fiscalização do Governo brasileiro. Elas devem agir em benefício da sociedade brasileira, e não a serviço de terceiros. No decorrer dos trabalhos da CPI das ONGs, constatamos inclusive uma ONG canadense e americana, chamada Focus on Sabbatical, que veio ao Brasil convencer agricultores a não plantarem soja. Essa ONG se propunha a pagar aos produtores a fim de que não plantassem com o objetivo de não ter a soja brasileira competindo com a soja americana e a canadense. Portanto, um visível trabalho contra o interesse nacional, prejudicando não apenas a geração de empregos no campo, pois os produtores não plantariam, prejudicando a balança comercial e agravando a questão do superávit.

É muito sério o assunto para ser tratado apenas sob o véu do sentimentalismo ou da ideologia, mas deve sim ser tratado com o viés nacionalista, com a preocupação de dar cunho jurídico adequado ao funcionamento dessas instituições. E devemos dar, como Casa do Congresso Nacional, o exemplo de que não estamos cegos, surdos ou mudos para uma questão tão importante como esta.

Tenho certeza de que amanhã haveremos de discutir e aprovar esse projeto. Tenho conversado com todas as Lideranças partidárias e com cada Senador. A maioria absoluta, quase a unanimidade dos Senadores, entende que é necessário, sim, haver essa regulamentação. Portanto, espero que amanhã possamos virar essa página que entendo prejudicial para o País, porque, na verdade, da forma como está é uma porteira aberta a todo tipo de ilegalidade, não só ao desvio do recurso público, mas ao descaminho, à depredação do nosso patrimônio nacional. O vice-Presidente da ONG Cooperíndio, no Amazonas, foi preso pela Polícia Federal, transportando uma tonelada de ametista e 300 quilos de tantanita. Repito: não é só o desvio de recurso público, é o descaminho, o contrabando, a pregação desse tipo de propaganda para não plantarmos e, assim, não competirmos no mercado internacional. Enfim, todo um conjunto de trabalhos prejudiciais ao País que precisam ficar sob o alcance de uma legislação adequada.

Portanto, deixo aqui o apelo a todos os Senadores, para que possamos aprovar amanhã esse projeto da maior relevância para o País. Aliás, entendo que, como há várias ONGs envolvidas, o Presidente da República deveria mandar uma medida provisória, para que tivéssemos rapidez e eficácia no controle dessa questão. Mas, já que existe um trabalho parlamentar feito, de minha iniciativa, e o resultado de uma CPI instalada por esta Casa para apurar essa questão, deveríamos dar prioridade à aprovação desse projeto e ter, portanto, também a aprovação na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, encerro, pedindo que sejam partes integrantes do meu pronunciamento as matérias a que fiz referência.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

**Matérias referidas:**

- “Coluna Cláudio Humberto.com.br”
- “Ongs ligadas a índios são investigadas”
- “CGU fará auditoria nas ONGs e Funasa”
- “Funasa demite diretor ligado a ONG de saúde indígena”
- “ONG.gov (Opinião-Claúdia Antunes)”
- “Sim, está em jogo a Autoridade”
- “Amazônia, ONGs e desinformações”

☞ O PT está construindo um murinho para que o FhC volte ☞

**Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)**, líder da minoria na Câmara, e sua bola de cristal

### Tasso insulta dono de TV

Dono da TV União (em UHF) de Fortaleza e Brasília, José Alberto Bardawil foi insultado ontem pelo tucano Tasso Jereissati (CE), no corredor "túnel do tempo" do Senado, quando o empresário conversava com o senador Tião Viana (PT-AC). Xingando-o de "mau caráter e chantageador", Tasso fez a segurança expulsar Bardawil. A TV União de Fortaleza – que dia 10 sofreu um atentado a tiros – tem criticado a última "má gestão" de Tasso no Ceará.

### Rês do chão

Em meio a uma discussão sobre o salário mínimo, ontem, o presidente da Câmara afastou o microfone da boca e xingou: "Freire, você é um cretino". Todo mundo ouviu. Roberto Freire (PPS-PE) devolveu: "Cretino é ele".

### Vias de fato

No bate-boca com o governista Lindbergh Farias (PT-RJ), o acidentado João Fontes (PSOL-SE), de tão revoltado, levantou-se da cadeira de rodas brandindo uma muleta. Por pouco não a meteu na cabeça do ex-rebelde.

### Candidatura

O embaixador José Aparecido de Oliveira, ex-ministro da Cultura, lidera a campanha de indicação do arquiteto Oscar Niemeyer ao Nobel da Paz. "Pela postura em defesa da paz e dos direitos humanos", argumenta.

### Pressão covarde

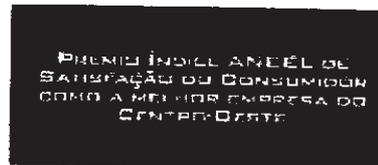
Demitida da Comissão Aeronáutica em Londres, M.B., 48, diz que telefonemas anônimos exigem que desista do processo por assédio moral. Ela já contratou advogado e teme represálias.

### Indignação

Em 2000, quando esta coluna revelou acusações contra o deputado Paulo Marinho (PL-MA), o atual presidente do STJ, ministro Edson Vidigal, desabafou: "Deplorável que um marginal (...), inclusive condenado por ladroagem, esteja solto por aí, acobertado por imunidade parlamentar..."

### Alegoria financeira

O Tribunal de Contas da União deu nota zero ao



*"Um dia vieram e levaram meu vizinho que era judeu. Como não sou judeu, não me incomodei.*

*No dia seguinte, vieram e levaram meu outro vizinho que era comunista. Como não sou comunista, não me incomodei.*

*No terceiro dia vieram e levaram meu vizinho católico. Como não sou católico, não me incomodei.*

*No quarto dia, vieram e me levaram; já não havia mais ninguém para reclamar..."*

**Martin Niemöller, 1933**

**carnavalesco Joãozinho Trinta e ao ex-presidente da Funai, Mércio Gomes. A ONG deles, Flor do Amanhã, terá que devolver R\$ 64 mil de um convênio com a LBA.**

### **Jatene, o culpado**

**A equipe do ministro Roberto Rodrigues (Agricultura) responsabiliza o governador tucano do Pará, Simão Jatene, pela decisão da Rússia de suspender as importações de carne do Brasil, depois de confirmado um foco de febre aftosa no rebanho bovino do Estado. Para os técnicos do ministério, houve desleixo do governo Jatene na vacinação do rebanho.**

### **Ondas quentes**

**Pegou fogo, literalmente, a rádio Nacional do Rio, do sistema Radiobrás: um incêndio destruiu ontem a nova mesa de som que, por incompetência gerencial, nem sequer estava no seguro. A emissora saiu do ar.**

### **Janelismo**

**A estatal Radiobrás demitiu dez profissionais da rádio Nacional do Rio, alguns com mais de vinte anos de casa. O "janelismo" impera.**

### **Ocio no trabalho**

**Após esticar o almoço anteontem até as 16h, em Brasília, o ministro Ricardo Berzoini (Trabalho) teve outro dia estafante, ontem: conversou abobrinhas com três deputados por quase duas horas.**

**O chefe da Advocacia Geral da União, Álvaro Costa, ignorou o decreto nº 5.108/04 e mandou descontar os dias parados dos advogados públicos. Pelo decreto, os dias seriam compensados a critério de cada ministério.**

### **Pouco amigo**

**O ministro Álvaro Augusto Ribeiro Costa, da AGU, não parece gostar da categoria que chefia: durante a greve dos advogados da União, ele só se mexeu após muito barulho e quase três meses de paralisação.**

**O presidente nacional da OAB visitará amanhã todas as subseções no Piauí: Corrente, Picos, Floriano, Água Branca e Parnaíba. E ainda participa da inauguração da subseção de Oeiras. Em 74 anos, é a primeira vez que um presidente nacional da OAB visita todas as subseções de um Estado.**

**A agência do Banco do Brasil no Senado promoveu uma festinha junina, ontem, com direito a canjica, pamonha etc. Em pleno horário do expediente.**

**O senador Saturnino Braga (PT-RJ) foi notável ausência no velório de Leonel Brizola, no Rio. Ficou em Brasília "porque não quis ser hipócrita". Acusa**

## ONGs ligadas a índios são investigadas

Demétrio Weber

BRASÍLIA. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) abriu tomada de contas especial para apurar irregularidades na atuação de sete organizações não-governamentais que desde 2002 receberam R\$ 43 milhões para prestar atendimento a índios. Auditorias já constataram que parentes de servidores eram integrantes de duas ONGs e que parte do dinheiro destinado a projetos em aldeias era usado no aluguel de imóveis e na contratação de pessoal, como mostrou reportagem do "Jornal Nacional", da Rede Globo, antontem. Duas servidoras foram afastadas e um diretor foi exonerado.

O chefe da Controladoria-Geral da União, Waldir Pires, disse ontem que pretende investigar todas as ONGs que cuidam da saúde de índios. Desde 1999, quando o governo começou a firmar esse tipo de convênio, foram repassados R\$ 244 milhões a 54 ONGs, universidades e prefeituras.

A Funasa, órgão ligado ao Ministério da Saúde, já deu início às chamadas tomadas de contas especiais, procedimento que aprofunda o trabalho das auditorias para identificar responsáveis e recuperar o dinheiro. As denúncias serão enviadas hoje ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal.

— Os recursos vão ter que aparecer — disse ontem o diretor-executivo da Funasa, Lenildo Morais.

O diretor do Departamento de Saúde Indígena, Ricardo Chagas, foi preventivamente demitido. Morais ressaltou que não há provas contra Chagas. A demissão ocorreu porque ele ocupava cargo de confiança e não podia ser apenas afastado, como as outras duas servidoras. Uma sindicância interna deve ser concluída até o fim da semana.

Das 13 auditorias feitas ano passado, sete descobriram problemas e os respectivos convênios não devem ser renovados. É o caso da Sociedade de Defesa da Cidadania (SDC) e do Instituto de Cooperação Pró-Vida. A SDC assinou convênio em março de 2002 e recebeu R\$ 10,9 milhões. O Pró-Vida, que tem sede em Brasília e atua no Maranhão e no Pará, recebeu R\$ 5 milhões.

Apesar das irregularidades, a Funasa deverá repassar cerca de R\$ 2 milhões para a SDC e R\$ 300 mil para o Pró-Vida. De acordo com Morais, os recursos servirão para pagar salários atrasados. As outras cinco entidades com irregularidades são: Proteção Ambiental Cacaolense e a Coordenação de Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste de Mato Grosso e Sul de Amazonas, União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, Associação de Saúde das Sociedades Indígenas Kaneguatim e Conselho Indígena Vale do Javari.

<http://oglobo.globo.com/jornal/pais/142841828.asp>

[Voltar](#) ←

[Topo](#) ↑

© Todos os direitos reservados a O Globo e Agência O Globo.  
Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização.

## CGU fará auditoria nas Ongs e Funasa

### MARILENA FREITAS

A Controladoria Geral da União (CGU) vai fazer um levantamento completo sobre o trabalho das organizações não-governamentais (Ongs) que atuam na área da promoção da saúde dos povos indígenas, utilizando recursos da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

A informação foi repassada pelo ministro do Controle e da Transparência, Waldir Pires, que está encaminhando expediente ao ministro da Saúde, Humberto Costa, dando ciência do assunto e pedindo informações sobre o quadro geral de participação das ONGs no programa de assistência aos índios.

O ministro está pedindo também ao ministro que designe um grupo de especialistas na área da saúde indígena do Ministério da Saúde para compor, junto com auditores da CGU, uma força-tarefa encarregada de elaborar um plano para auditar todos os convênios entre a Funasa e as Ongs.

Além da auditoria, o grupo fará um estudo para avaliar as experiências de atendimento às populações indígenas, feita diretamente pelos organismos governamentais. A idéia é analisar cada uma das opções, do ponto de vista da eficácia e da economicidade.

O ministro quer saber a totalidade das organizações envolvidas com o trabalho, as respectivas sedes, áreas de atuação, critérios utilizados para as escolhas, número de convênios, valores que recebem e os resultados apresentados

## Funasa demite diretor ligado a ONG de saúde indígena

*Uma assessora, além da coordenadora do Programa de Tuberculose, foram afastadas*

LIGIA ECRIMENTI

**B**RASILIA -- A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) demitiu ontem Ricardo Chagas, diretor do Departamento de Saúde Indígena, e afastou Fatima Aparecida da Silva, assessora do funcionário exonerado, e Vera Lúcia de Araújo Costa, coordenadora do Programa de Tuberculose.

Chagas é casado com a funcionária da ONG Sociedade de Defesa da Cidadania Maria José Chagas uma das entidades cuja contratação é considerada suspeita por favorecimento de parentesco.

Vera Lúcia é casada com o servidor da Funai Roberto Lima Costa, um dos fundadores da ONG Pró-Vida, também descredenciada.

O secretário-executivo da Funasa, Lenildo Moraes, enu-

merou os indícios de irregularidades praticadas pelas duas ONGs na prestação de serviços na área de saúde indígena: compra de materiais sem atender à Lei de Licitações, contratação de automóveis e aluguel de imóvel em Brasília, fora do local da prestação de serviços as comunidades indígenas. As irregularidades foram constatadas por auditorias internas feitas pela Funasa.

Em maio do ano passado a Funasa iniciou auditorias preventivas nas ONGs e outras empresas com as quais assinou convênios para atuarem no cuidado da saúde dos índios em todo o Brasil.

De acordo com dados da Funasa, em 2001 a 2002 foram realizadas 4 auditorias internas na empresa, e em 2003, 13. Lenildo Moraes disse que a Funasa não vai dei-

xar que o atendimento à saúde das comunidades indígenas venha a ser prejudicado por causa dos problemas encontrados nas duas ONGs.

Os contratos da Fundação Nacional de Saúde suspeitos de irregularidades envolveram o repasse de R\$ 43,3 milhões entre 2002 e 2003.

Ontem, dez instituições foram indicadas para prestar os serviços de saúde indígenas em substituição às ONGs. Entre os escolhidos para prestar a atividade está a Universidade de Brasília.

Os resultados das investigações foram encaminhados para o Tribunal de Contas da União (TCU), para a Corregedoria-Geral da União e para a Sexta Câmara do Ministério Público.

Depois das investigações, a Funasa decidiu rever o papel das ONGs no sistema de atendimento à saúde indígena. Uma nova política foi estabelecida para tentar ampliar a possibilidade de se controlar o uso dos recursos nas ações de saúde.

### AUDITORIAS APONTAM INÚMEROS PROBLEMAS

## Tucano critica centralização de compras

*Rafael Guerra, da Frente da Saúde, acha proposta de Humberto Costa "estranha"*

ELIZABETH LOPES

**O** presidente da Frente Parlamentar de Saúde, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG) disse ontem que investigar as prováveis ramificações da Operação Vampiro nos Estados pode ser uma tentativa de desviar o foco das denúncias, que estariam concentradas no Ministério da Saúde. "As compras centralizadas no ministério são

uma fonte de corrupção", disse. "Estranho o fato de o ministro estar querendo centralizar de novo as compras."

Guerra garantiu que a Frente vai acompanhar e cobrar a apuração de todas as denúncias que envolvem a Operação Vampiro. "Ontem o ministro disse que

o problema da Saúde é a corrupção. Como gestor, ele tem a obrigação de apontar os corruptos, porque uma acusação

genérica recai sobre todos, desde o faxineiro

do hospital até o funcionário mais graduado do ministério. Não podemos aceitar esse tipo de acusação."

O deputado tucano disse que a proximidade das eleições pode estar motivando "esse desvio de foco e de atenção" do escândalo, ampliando a investigação para os Estados e reduzindo as pressões sobre o ministério.

Ele estranhou o fato de ninguém no governo federal ter citado que o primeiro prego de hemoderivados, que reduziu os preços em mais de 50%, ocorreu durante a gestão do ministro José Serra, pre-candidato do PSDB a Prefeitura de São Paulo.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CLAUDIA ANTUNES

## ONGs.gov

**RIO DE JANEIRO** - Que FHC e Bill Clinton tenham virado ONGs, como constatou jocosamente o ex-presidente americano na inauguração do Instituto Fernando Henrique Cardoso, é mais uma prova da fascinante capacidade antropofágica do capitalismo, que digere e inverte a seu favor tudo o que parece ser-lhe hostil. Foi assim com a imagem de Che Guevara e com o movimento verde e é assim agora com as organizações não-governamentais.

Fruto da contracultura dos anos 60, as ONGs proliferaram nas duas últimas décadas, período de desregulamentação do sistema econômico mundial e de redução da autonomia das nações, especialmente as mais fracas. Consagrou-se a expressão terceiro setor, que inclui também fundações e instituições filantrópicas.

Saudadas como expressão da resistência e da solidariedade da sociedade civil, as ONGs passaram a assumir tarefas que antes eram dos governos, mas se tornaram cada vez mais dependentes de verbas oficiais. Como aponta a paquistanesa Humeira Iqtidar, em texto para o Fórum Social Mundial, o ativismo político diminuiu e cada grupo passou a cuidar de suas mulheres oprimidas, de suas crianças de rua e de suas florestas como se essas causas, todas muito justas, fossem isoladas do mundo. No Brasil, os anos 90 foram um marco da terceirização das atividades do Estado sem que mecanismos eficientes de avaliação dos resultados das tarefas delegadas tenham sido estabelecidos. O caso da Ágora, ONG premiada de um amigo de Lula que recebeu dinheiro de vários governos e acaba de ser flagrada com notas frias, parece apenas a borda de uma cratera pouco explorada.

Iqtidar cita o professor David Hulme, da Universidade de Manchester, organizador de três livros sobre a explosão das ONGs e a necessidade de maior transparência em suas ações. Num deles, Hulme questiona se parte das organizações não-governamentais, depois de perder sua independência, não estaria mais perto dos poderosos do que dos despossuídos.

Texto Anterior: [Brasília - Valdo Cruz: Crise, que crise?](#)  
Próximo Texto: [Otavio Frias Filho: Urânio para a China](#)  
[Índice](#)

ma de aplicação universal para um país das nossas dimensões é impossível evitar que falhas nesses aspectos levem a uma perda de precisão nos resultados obtidos, anulando os benefícios do processo de avaliação.

Não obstante, é possível e desejável que os responsáveis diretos pelos sistemas de ensino – Estados e municípios – realizem avaliações universais de suas escolas, aplicando testes em todos os alunos da quarta e da oitava séries do ensino fundamental e do terceiro médio. Os objetivos, neste caso, são totalmente diversos dos que animam o governo federal na avaliação do ensino básico. Aos gestores desses sistemas cabe conhecer em detalhe os problemas e deficiências de cada uma de suas escolas e isso só pode ser conhecido com uma aplicação universal a todos os alunos. Aqui a amostragem não cabe porque se quer conhecer cada escola e diferenciá-la das demais.

Conhecer cada escola é também o objetivo do Provão do ensino superior: diferenciar por meio da avaliação uma faculdade da outra. Por essa razão o Provão não pode ser por amostragem, tem de ser universal.

Curioso este governo. Onde cabe a avaliação por amostragem quer fazê-la universal, onde deve ser universal insiste em fazê-la por amostragem. Isso soa a simplesmente fazer as coisas diferentes do que o fez o governo anterior para não ser acusado de continuísmo. É triste que isso ocorra justamente na Educação.

■ Paulo Renato Souza, consultor, foi ministro da Educação no governo Fernando Henrique Cardoso, gerente de Operações do BID, reitor da Unicamp e secretário de Educação de São Paulo no governo Montoro

## Sim, está em jogo a Autoridade

A origem etimológica das palavras muitas vezes serve para elucidar certos conceitos que, ao longo do tempo, tiveram o sentido distorcido e passaram a refletir ambigüidades. O termo latino *auctoritas* designava o poder emanado do conhecimento, sentido que não se perdeu de todo, visto que ainda se fala em pessoas respeitadas por serem “autoridades” em determinados assuntos. A palavra “autoridade” passou a designar, mais comumente, a expressão do poder político-administrativo. Mas, quando destituída inteiramente de seu componente original – o do conhecimento – e identificada apenas com sua característica de “força”, a Autoridade pode confundir-se com o autoritarismo – e a pior consequência disso ocorre quando quem está no Poder deixa de exercer a legítima Autoridade com receio de ser considerado autoritário.

Entre o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Maurício Corrêa, e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, estabeleceu-se uma polêmica pública sobre se o governo Luiz Inácio Lula da Silva está ou não exercendo sua legítima autoridade, em face de tantos, tão generalizados e diversificados desrespeitos à lei e à ordem pública que vão ocorrendo em quase todos os cantos do vasto território nacional. Imagine o leitor que os dois ministros – Maurício e Márcio – estão de-

fendendo suas posições perante um corpo de jurados. Quais argumentos, de lado a lado, parecerão mais convincentes?

O presidente do Supremo afirma, com todas as letras, que “o governo está tonto diante da crise”, o que se demonstra por sua falta de reação, sua “leniência”, em relação à onda avassaladora de invasões de sem-terra e agora também de sem-teto, ou, ainda, ao massacre dos garimpeiros.

Sem “papas na língua” – como se costumava dizer – o presidente do STF dá seu duro diagnóstico: “Tudo se traduz no seguinte: falta de ação governamental, falta de políticas definitivas que possam atender a essa intransigência que está sendo gerada no Brasil.” Em vista do que conclui, com a grave advertência: “Há prenúncio de que corre risco o Estado de Direito democrático que foi construído. Eu não falo isso com nenhum alarme, espero que não aconteça, mas essa leniência do governo com relação a medidas mais enérgicas que têm de ser enfrentadas com relação às invasões e os crimes que têm sido cometidos, isso não é algo que possa deixar a cidadania brasileira tranqüila.”

Com a palavra, agora, a defesa – ou seja, o ministro da Justiça, veterano advogado criminalista, Márcio Thomaz Bastos: “Não há quebra de autoridade. O Estado de Direito está absolutamente mantido. O presidente faz questão disso e o ministro da Justiça, também. Então, não há nenhuma quebra de autoridade. O que houve é que as questões se acumularam no Brasil durante muito tempo.” Em relação

ao massacre de garimpeiros em Rondônia, o ministro afirmou que não houve omissão do governo federal. Dizendo “nós tínhamos consciência da situação”, Bastos informou que, tão logo tomou posse, o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, foi à região da reserva dos cintas-largas para conhecer a situação, negociar e planejar estratégias para o caso de agravamento do conflito.

Isso é tudo? – haveria de refletir o hipotético corpo de jurados. Quer dizer, então, que “não há quebra de autoridade” e “o Estado de Direito está absolutamente mantido” só porque o presidente da República e seu ministro da Justiça “fazem questão disso”? Então aqui só nos resta repetir o que já dissemos em editorial: este governo está em guerra contra os fatos. Os

desrespeitos aos direitos – especialmente de propriedade e de livre circulação das pessoas nas rodovias públicas – estão sendo sistematicamente perpetrados em quase todos os Estados brasileiros, a ordem pública é violada e ameaças claras à segurança nacional são feitas impunemente – como a do coordenador nacional do Movimento dos Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile, que prometeu e está cum-

### **A questão da autoridade do governo deve ser tema da reunião dos governadores**

prindo a promessa do “abril vermelho”, sem que nada lhe aconteça. E o que dizer de massacres há longo tempo anunciados – como o da reserva Roosevelt – e

nem de longe impedidos?

Então – deve julgar o leitor-jurado – a Autoridade no Brasil está ou não em jogo? Sem dúvida, apesar dos muitos outros temas que lhes pareçam momentosos, todos os governadores dos Estados que se reunirão em Brasília, nesta segunda-feira – queira ou não o governo Lula –, terão este assunto como um de seus temas centrais, posto que a preservação da Autoridade, no País, é questão de sobrevivência para suas próprias administrações.

## *Amazônia, ONGs e desinformações*

**B**em fez o ex-ministro da Agricultura Marcus Vinicius Pratini de Moraes em não esperar a reação do governo brasileiro para enviar à revista inglesa *The Economist* um pedido de retratação, por ter veiculado a informação de que o gado e a soja estariam “comendo” a floresta amazônica, pelo que sugeria que os países ricos evitassem importar esses dois produtos brasileiros. “Há um desconhecimento absurdo entre a Amazônia Legal, que engloba Estados produtores de carne e soja, como o Mato Grosso, e a floresta amazônica, onde não há possibilidade de produção e escoamento de soja e gado” – argumentou o ex-ministro, que hoje é presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Exportação de Carnes, aduzindo: “O agronegócio brasileiro, hoje, cultiva uma área de 200 milhões de hectares e dispõe de outros 100 milhões de hectares para uso, sem que seja necessário tocar um dedo na Amazônia.”

E Pratini tocou na ferida, ao dizer que as informações erradas “muitas vezes repetidas pelas organizações não-governamentais (ONGs) ligadas ao meio ambiente estão a serviço de países concorrentes do Brasil nas exportações de carnes e ocorrem, coincidentemente, no momento em que o País, por

meio do Mercosul, iniciará o debate em torno da corrente de comércio com a União Européia”. É que – complementa o ex-ministro – os países ricos gastam hoje US\$ 1 bilhão por dia em subsídios com a sua agricultura: “Dinheiro que é pago por exportadores como o Brasil, que apresentam níveis de produtividade elevado, resultado de melhoria genética e melhoria dos processos no campo” – concluiu Pratini, exemplificando que o custo de produção de 1 quilo de carne bovina no Brasil é de US\$ 1, enquanto nos Estados Unidos fica em US\$ 1,90.

Bom seria se o governo brasileiro tivesse condições de dar respostas imediatas como essa – ou, pelo menos, estivesse mais atento à leitura de importantes publicações estrangeiras que veiculassem matérias desinformadas, em certo sentido difamatórias e prejudiciais ao nosso comércio exterior. Importa mais, no entanto, refletir sobre a questão levantada pelo ex-ministro, no que diz respeito à ampla capacidade de reprodução de desinformações das inumeráveis ONGs ambientalistas estrangeiras instaladas na Amazônia. Aliás, a elas têm se referido políticos de respeitabilidade incontestável, como é o caso do senador pedetista Jefferson Pe-

rez (no programa de seu partido que foi ao ar quinta-feira, na televisão) quando disse que essas organizações já parecem realizar, de fato, a decantada “internacionalização” da Amazônia.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva mostrou-se sensível à necessidade de compatibilizar a preservação da riqueza da biodiversidade amazônica com o desenvolvimento sustentado de uma região habitada por quase 20 milhões de seres humanos, que precisam trabalhar e

dar sustento a suas famílias. E, na base da Petrobrás em Coari (AM), ao inaugurar uma unidade de processamento de gás natural de Urucu e anunciar a construção do Gasoduto Urucu-Manaus, de 420 quilômetros – que não tem como deixar de cortar um pedaço de selva amazônica –, o presidente Lula mandou um claro recado a essas ONGs ambientalistas, ao dizer que “a Amazônia não é apenas um santuário da humanidade”.

É curioso como essas ONGs, como se fossem portadoras de um legítimo mandato de representação popular, se dispõem a cobrar, a exigir explicações de planos de gover-

no, a “passar” todo o tipo de informações – que derivam de suas próprias interpretações – à imprensa internacional, sobre o que possa afetar ou não o meio ambiente, a biodiversidade amazônica, a integridade dos ecossistemas, as reservas indígenas e tudo o mais, o que não deixa de interferir nos interesses,

na imagem e no comércio exterior do País, e, no entanto, não se submetem a qualquer controle cadastral, isentando-se de quaisquer responsabilidades formais

perante a sociedade brasileira. Não que se critique a interferência direta de organizações sociais em um sem-número de assuntos de interesse da sociedade, ou que se imagine que o Estado deva cercear ou censurar suas atividades. De forma alguma, pois as ONGs são parte constitutiva importante das democracias contemporâneas. O que não se pode admitir, no entanto, é a total inversão de funções, como se a tais ONGs – inclusive estrangeiras – se atribuissem poder público maior do que o do próprio Poder Público, ou se lhes concedesse o pleno e incontestável direito de desinformar.

### **Se uma ONG mente e a mentira causa prejuízos, a quem ela responde?**

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

Passo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque e, em seguida, ao Senador Alvaro Dias.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup> dispõe da palavra por 20 minutos.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na semana passada, tivemos a oportunidade de ir, juntos, a Porto Alegre e dar o nosso adeus a Leonel Brizola. Creio que, na história do Brasil, essa quarta semana de junho ficará conhecida como a semana de Brizola. E vale a pena se perguntar por que um político que perdeu as últimas eleições, que, no último Governo no Rio de Janeiro, foi tão criticado, que comprou tantas brigas, termine como uma unanimidade. Se fosse escolher uma coisa, diria: é porque Brizola fez escolas.

Há uma figura lendária do século XX, um neozelandês, chamado Edmund Hillary, que foi o primeiro homem a chegar ao topo do monte Everest. Um aventureiro que não apenas chegou ao topo do Everest, mas esteve nos dois pólos, cortou rios, atravessou desertos, e ele, hoje um homem velho, costuma dizer que, de tudo o que fez na vida, do que ele mais se orgulha não é ter sido o primeiro homem a atingir o pico do Everest, mas é ter construído algumas escolas nas montanhas do Himalaia para atender às necessidades das crianças pobres daquela região.

Brizola fez isso. Lembrei-me dele, do neozelandês Hillary, quando vi o reconhecimento nacional por Brizola, mas, entre as escolas que Brizola fez desde o começo, quando prefeito em Porto Alegre, nada marcou tanto a sua vida como os chamados Cieps. E é disso que quero falar, Presidente. Mas quero falar dos Cieps do Presidente Lula, um projeto que tem passado despercebido, mas que tem a mesma ambição, e talvez até maior, do que aquela dos Cieps de Brizola.

Os Cieps de Brizola, que saíram também da cabeça do genial Darcy Ribeiro, eram um projeto que visava a que as crianças ficassem na escola em horário integral. Isso já ocorre hoje com as classes média e alta, que matriculam seus filhos em cursos de judô, ginástica, francês, inglês, piano. A criança se dedica durante as seis horas que ela precisa ocupar.

Brizola e Darcy retomaram a idéia de Anísio Teixeira no Brasil – que já tem um século no mundo – e disseram que não mais seria possível continuarmos, como hoje ainda, com duas horas de aula por dia em muitos lugares, ou quatro horas de aula por dia. Seria necessário que nossas crianças estudassem seis ho-

ras e que tivessem não apenas aulas, mas atividades complementares. Esse foi o projeto que Leonel Brizola criou e que nos marcou muito. Tanto que o ponto alto de tudo o que se fez nesses dias por S. Ex<sup>a</sup> foi uma parada em frente ao primeiro Ciep inaugurado por ele no Rio de Janeiro.

Pouca gente percebe que o Presidente Lula, desde os primeiros dias de seu Governo, no Ministério da Educação, iniciou também os seus Cieps. No entanto, com uma diferença: os Cieps do Presidente Lula não visam a uma escola com qualidade por seis horas, mas visam a que a cidade inteira dê um salto educacional. No Governo do Presidente Lula, os Cieps receberam o nome de Escola Ideal. Não se trata de uma escola individual, mas de uma escola em sentido global, ou seja, do conjunto de todas as escolas de uma cidade. O projeto Escola Ideal poderia até ter sido chamado de Cidade Ideal da Escola Pública, que daria certinho com a sigla de Brizola! Pois bem, os Cieps de Lula têm essa grande diferença: não querem resolver o problema por uma escola, mas por todas as escolas de uma cidade.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, como Ministro do Presidente Lula, o programa começou a ser implantado em 2003, e foram dirigidos os recursos necessários para 29 cidades do Brasil. Foram escolhidas cidades entre as mais pobres, com menor IDH e com população pequena. E queríamos mostrar que, mesmo nessas cidades, é possível que todas as escolas funcionem em horário integral, com professores bem remunerados, com programas para erradicar o trabalho e a prostituição infantil, com computadores, bibliotecas e prédios bonitos.

O projeto Ciep do Presidente Lula chamado Escola Ideal não se concentrava na arquitetura, mas tinha como objetivo a recuperação de todos os prédios daquela cidade. Todos os prédios seriam reformados, embora não com padrão único como os Cieps; seriam bem equipados, com bibliotecas. Todas as escolas participariam de outro programa iniciado pelo Presidente Lula no ano passado, chamado de Escola Interativa, que une as escolas de uma cidade com o resto do mundo. Queríamos dar o salto para mostrar ao resto do Brasil que é possível mudar as escolas de todas as cidades do País.

A concepção e metas apresentadas pelo MEC, em janeiro de 2003, previa um prazo de 15 anos para completar a revolução educacional de que o Brasil precisa em todas as suas 5.561 diferentes cidades. Um programa com essa ambição não se realizaria em poucos meses; seria preciso que o Brasil começasse imediatamente sua implantação para recuperar o tem-

po perdido, mas sabendo que demoraria até 15 anos para chegar a todas as cidades.

Foram definidos itens que comporiam a Escola Ideal: os professores, os prédios, os equipamentos. Foram escolhidas as cidades. Conseguimos, aqui nesta Casa e na Câmara Federal, o que poderia parecer milagre naquela época de orçamento tão apertado: conseguimos os recursos necessários, remanejando de uma área para outra do Ministério da Educação, para pôr esse dinheiro à disposição das cidades.

Tudo isso foi feito ainda em 2003. O Congresso, com apoio da Oposição, teve a sensibilidade de mudar o Orçamento. Muitos Parlamentares aceitaram inclusive abrir mão de suas emendas para financiar o Ciep do Presidente Lula.

Em 2003, tornaram-se disponíveis R\$95,6 milhões. Ainda em 2003, escolhemos 29 Municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Paraíba, Ceará, Mato Grosso, Goiás e Santa Catarina para beneficiar quase 82 mil alunos de 633 escolas. Esses Municípios foram escolhidos entre os mais pobres, mas, para entrar nesse projeto, as cidades tiveram de fazer algo inédito neste País, um pacto com todas as lideranças da cidade, dizendo: "Aqui, educação será prioridade". Esse acordo foi firmado até porque, neste ano, podem mudar muitos desses prefeitos, e o programa vai demorar para ser implantado e dar os seus resultados.

Conseguimos, ainda em 2003, no dia 10 de dezembro, assinar um protocolo entre o MEC e os Governos estaduais e municipais que permitiu transferir para cada Estado a totalidade dos R\$95 milhões.

Assim, Sr. Presidente, o Governo Lula mostrou que seu Ciep começava no seu primeiro ano, para garantir a todos os brasileiros, dentro de 15 anos, uma escola bem equipada, com modernas tecnologias, com professores e funcionários bem preparados, bem remunerados e motivados, dispendo de material didático e apoio pedagógico de primeira qualidade e com horário integral em todas as escolas. No lugar de construir um prédio, quisemos refazer todo o sistema educacional.

Com esse objetivo, o MEC iniciou o financiamento para reforma e ampliação dos prédios, aquisição de mobiliário, instalação de ambientes tecnológicos (composto por laboratório de informática, TV, vídeo e antena parabólica) e de laboratórios de física e química, reforço no transporte escolar, implantação de bibliotecas e de Casas da Leitura, distribuição de uniforme escolar a todos os alunos. Em um ano, foi possível dar o passo inicial para o que levaria tempo para aparecer, mas que certamente já estaria aparecendo neste momento.

Em contrapartida ao que o Governo Federal dava, os Governos estaduais se comprometeriam com a ca-

pacitação dos professores, diretores e funcionários e a melhora na remuneração dos docentes. E os Governos municipais ficariam responsáveis pela eliminação do analfabetismo, combate à prostituição e ao trabalho infantil, manutenção de todas as crianças na escola e melhora do salário do professor. Era o passo para a federalização da Educação Básica, o que este País continua esperando.

O objetivo do programa Cidade Ideal na Educação Básica, do Presidente Lula, era mostrar que é possível mudar radicalmente a realidade da educação brasileira em cada cidade, iniciando, desde já, com aquelas 29 em que nós começamos.

No Orçamento de 2004, Sr. Presidente, o Governo do Presidente Lula conseguiu colocar R\$244 milhões, suficientes para implantar o programa em outras 131 cidades, tendo como base o aprendizado das 29 primeiras. Não tenham dúvida, quando o povo brasileiro visse o milagre ocorrendo naquelas pequenas e pobres cidades, um movimento natural entre o Governo federal, os estaduais, os municipais e toda a população criaria o esforço necessário para o programa seguir adiante e induziria o surgimento dos recursos necessários.

Esperávamos abranger, em 2005, mais trezentas cidades. Para cumprir a meta de, em 15 anos, incluir todas as escolas de todas as cidades, seria necessário incorporar apenas quinhentas novas cidades por ano a partir de 2006. O Brasil seria um país diferente no momento em que concluíssemos esse trabalho.

Durante o enterro de Leonel Brizola, quando o caixão parou em frente ao primeiro Ciep inaugurado no seu Governo, pudemos ver pela televisão mais de um popular entrevistado dizer como teria sido diferente o Brasil se os governos seguintes tivessem continuado a implantação dos Cieps. O mesmo se pode dizer dos Cieps de Lula, com a diferença de que, agora, aparentemente, não foi preciso esperar outro Governo, o próprio Governo Lula parou os Cieps. O dinheiro transferido para os municípios em dezembro do ano passado não chegou a todos eles; estão parados nos Estados, porque o MEC não está acompanhando o repasse desses recursos. Mais grave ainda, nenhum novo acordo foi feito com nenhuma nova cidade, e, dos 244 milhões reservados para o Escola Ideal – passem todos! –, nem um centavo foi gasto para levar adiante o Ciep do Presidente Lula.

Tudo indica que, ainda no segundo semestre deste ano, o Governo proporá realocar os R\$244 milhões previstos para realizar o Ciep do Lula, que morrerá ainda no segundo ano do seu mandato, como morreu o Ciep de Brizola no governo que o sucedeu. No caso do nosso Governo, nenhum número significativo será

implantado, ao contrário do que ocorreu na gestão do então Governador Leonel Brizola, porque, de alguma forma, houve a continuidade do Ciep nos governos seguintes.

Venho à tribuna, Sr. Presidente, para homenagear novamente Leonel Brizola e mostrar que o Governo Lula, no primeiro ano, por intermédio do Ministério da Educação, deu os passos necessários para levar adiante a idéia de horário integral em todas as escolas brasileiras no prazo possível, começando em 2003.

Sr. Presidente, faço um apelo aos Parlamentares desta Casa e ao Presidente Lula no sentido de que não deixem morrer a idéia e o sonho de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Leonel Brizola e, no começo, do Presidente Lula. Repito: não deixem morrer o sonho de que escola, para ser de qualidade, deve ser em horário integral. Isso é possível e a hora é essa.

Em homenagem ao Governador Leonel Brizola, vamos levar adiante o sonho da escola integral, não copiando o conceito do prédio escolar como o símbolo do que acontece na escola porque, na verdade, o que vale na escola é menos o prédio e mais o professor; é menos o prédio e mais o equipamento; é menos o prédio e mais o livro, desde que o prédio tenha as condições necessárias para a criança sentir-se à vontade lá. O que vale, realmente, é o horário integral para todas as nossas crianças.

É possível isso que foi desenhado e iniciado no Governo Lula e é triste que estacione antes mesmo de vir um novo governo. Ainda é tempo, ainda é possível retomar esse trabalho. É preciso que o Senhor Presidente volte a despertar a esperança. Quem sabe a morte de um grande brasileiro não sirva como exemplo para que a esperança volte.

Presidente Paulo Paim, quero deixar registrado aqui o meu reconhecimento a Leonel Brizola; a minha lembrança do que se fez na educação no primeiro ano do Governo do Presidente Lula e o desafio para que Sua Excelência não deixe morrer o sonho e o compromisso que assumiu com o povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Passamos de imediato a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na próxima quarta-feira o Banco Central dos Estados Unidos deve elevar as taxas de juros. Esse será o principal evento de interesse de investidores de todo o mundo na semana. É de se indagar o que nos importa a elevação das taxas de juros nos Estados Unidos. É claro que nos importa.

Não haverá mais dúvida, com essa atitude norteamericana, de que a economia global entrará, muito

em breve, em um ciclo importante de políticas de arrocho monetário. Certamente, o Banco Central Europeu adotará medidas similares. Mesmo que não as adote, certamente, nesta semana, teremos informações de natureza econômica, provenientes dos dois lados do Atlântico.

O que importa destacar, no Brasil, nesta hora, é que certamente esse equilíbrio instável se é que podemos considerar equilíbrio instável dos mercados globais provocará uma exacerbação nas fragilidades de nossa economia. O Presidente do Banco Central disse que não. Henrique Meirelles afirma que o Brasil não será afetado pela possível alta dos juros nos Estados, mas essa não é a opinião unânime no Governo. As contradições afloram, especialmente quando se trata de discutir o impacto no Brasil de atitudes econômicas tomadas nos Estados Unidos ou na Europa. O Conselho de Política Monetária (Copom), nas duas últimas reuniões, justificou a manutenção das taxas de juros em 16% à volatilidade externa. Isso contradiz frontalmente, portanto, o discurso do Presidente do Banco Central. As contradições se tornam rotina no Governo do Presidente Lula e o próprio Presidente da República as acentua de forma visível. Sua Excelência tem assumido duas posturas diametralmente opostas, dependendo da platéia e da audiência. Lá nos Estados Unidos, por exemplo, no Hotel Waldorf Astoria, em Nova York, o Presidente Lula incorporou o líder de Esquerda, que é capaz de conciliar o social e o mercado, um papel moldado à comunidade econômica internacional. Portanto adotou o discurso que sentiu agradar à platéia naquele momento. Em outros eventos, o discurso é diferente. Por exemplo, em São Paulo, quando da Conferência da ONU para Cooperação e Desenvolvimento, o Presidente adotou retórica esquerdista e faz críticas às misérias do mundo causadas pelas regras impostas pelas organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional.

A dualidade flagrante da postura presidencial, uma espécie de “dupla personalidade”, não é um fenômeno tão corriqueiro e folclórico como pode parecer para alguns. Na verdade, sob a influência de alguns “assessores”, a “composição” desses dois “papéis contraditórios” é “alimentada” constantemente. É como se o Presidente Lula fosse capaz de minimizar a repercussão do fato de atrelar sua política econômica ao receituário ultra-ortodoxo do FMI, ao adotar, em alguns momentos, uma retórica de esquerda.

Numa comparação feliz, o jornalista Carlos Alberto Sardenberg, hoje no jornal **O Estado de S. Paulo**, diz o seguinte: “O Lula só pode apoiar o agronegócio (privado e globalizado) se der a outra mão ao MST”. Portanto, o jornalista Carlos Alberto Sardenberg retra-

ta bem essa dualidade do Presidente da República, essa postura que acentua as contradições internas do seu Governo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nesse cenário de alterações econômicas que nascem lá fora, os números revelados no final da última semana mostram que, no Brasil, o “aperto fiscal” se amplia de forma vertiginosa e o Governo, graças a esse arrocho fiscal sem precedentes, conseguiu, com um mês de antecedência, cumprir a meta do superávit fiscal imposto pelo Fundo Monetário Internacional.

Entre janeiro e maio, o setor público economizou R\$38,268 bilhões para o pagamento de juros, R\$5,568 bilhões a mais do que deveria ser acumulado em todo o primeiro semestre.

O superávit primário obtido até maio pela União, Estados e Municípios estatais representou 5,87% do PIB. Portanto foi bem acima do compromisso do Governo Brasileiro, que é um superávit primário de 4,25% do PIB.

Apesar desse enorme esforço fiscal, o Brasil não conseguiu conter o avanço da dívida. No mês de maio, o endividamento do Governo chegou a R\$946,669 bilhões, valor equivalente a 56,8% do PIB.

Quando o Presidente Lula assumiu, essa proporção era de 55,5%. O aumento da dívida pública brasileira é consequência da prática das altas taxas de juros. O Governo atual sempre criticou, de forma contundente, o Governo anterior por permitir o crescimento da dívida pública. É evidente, como os números atestam, que há uma repetição do fenômeno. Ao manter as taxas de juros elevadas, sem outra alternativa, o crescimento da dívida pública brasileira supera todos os percentuais relativamente ao Produto Interno Bruto. Essa paralisia governamental contribui para a obtenção do superávit primário mesmo antes do tempo.

Pelos dados do Siafi, até o último dia 10 de junho, as despesas efetivas com investimentos do Governo Federal ficaram em apenas R\$395,85 milhões dos R\$12,4 bilhões previstos no Orçamento de 2004. Esse volume de gastos corresponde a 3,71% do total previsto.

Essa incapacidade de gerenciamento dos recursos públicos, essa incapacidade, eu diria, de aplicação dos recursos públicos, já que o Governo não consegue aplicar sequer os recursos disponibilizados no Orçamento para investimentos produtivos, contribui para que se obtenha, antes da hora, o superávit primário imposto pelo Fundo Monetário Internacional e que se suplante até aquele superávit primário assumido como compromisso pelo Governo.

Há alguns exemplos que devem ser reiterados aqui desta tribuna. Por exemplo, com segurança pública,

até o último dia 10 de junho, o Governo havia investido apenas 1,87% do volume autorizado. Do volume autorizado de R\$563.317.586,00, o Governo gastou apenas R\$10.525.451,00.

É evidente que seria motivo de aplausos a economia se ela se desse em setores que poderemos considerar de desperdício, setores supérfluos, que não atendem as necessidades básicas da população. Mas esse tipo de economia deve ser condenado. Economizar recursos públicos e permitir que a violência cresça de forma avassaladora, como vem crescendo não apenas nas grandes cidades, mas em todo o País, é evidente que não pode ser admitido como postura competente de Governo. Somente a paralisia governamental, a incapacidade de gerenciamento e a incompetência administrativa é que justificam esse resultado financeiro neste setor tão importante para o brasileiro, que é o de segurança pública.

Esse descalabro se reflete na recente decisão do Juiz de Taubaté, que, de forma inusitada, validou a falência jurídica do Estado brasileiro ao determinar que o Unibanco contrate milícia particular se quiser ter de volta área invadida pelos sem-terra. O fato é inusitado. O Juiz de Taubaté decreta, com tal decisão, a falência jurídica do Estado brasileiro.

Todos nos lembramos da figura da Velhinha de Taubaté, personagem criada pelo escritor Luís Fernando Veríssimo, nos anos 80. O escritor afirma que a Velhinha ainda está muito viva e acredita em tudo que o Ministro Antônio Palocci diz na televisão. Só a Velhinha de Taubaté. A Velhinha de Taubaté do escritor Luís Fernando Veríssimo, aquela que não contesta nada e tende a acreditar em tudo, é a antítese do Juiz de Taubaté. Provavelmente, só a Velhinha acredite num Governo que investiu zero em saneamento. Com R\$166,21 milhões de recursos autorizados, o Governo investiu apenas 1,95% em educação. É por isso, Senador Cristovam Buarque, que o Governo paralisa um importante programa como aquele de sua iniciativa, que repete Brizola, razão de todas as homenagens desta semana, os CIEPs. Apenas 1,95% do que estava previsto no Orçamento para a educação se investiu até dia 10 de junho. É claro que não se justifica essa contenção, já que não se trata de gastos, mas de investimentos. Repete-se insistentemente que aplicar recursos públicos em educação é investir – e investir naquele que tem que ser obviamente considerado o setor mais importante para qualquer obra administrativa de Governo. Em educação, investiu-se 1,95%; em transportes, 0,38%. É evidente que isso justifica o estado deplorável das rodovias brasileiras, verdadeiro estado de calamidade pública, destruição de um extraordinário patrimônio nacional, que é o nosso sis-

tema viário, construído durante tantos governos, com investimentos fantásticos, oriundos do imposto pago pela população brasileira. Em agricultura, o Governo investiu 1,54%.

Senador Cristovam Buarque, concedo a V. Ex<sup>a</sup> um aparte.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PT – DF) – Senador Alvaro Dias, escuto aqui atento a tudo que V. Ex<sup>a</sup> vem falando, mas um ponto me motivou a iniciativa de lhe fazer um aparte. V. Ex<sup>a</sup> traz para cá uma crise de lógica que há no Brasil: o que é investimento, o que é custo. Um pedreiro colocar tijolo em cima de outro para fazer um hotel de luxo é investimento. Um professor colocar sabedoria na cabeça de um aluno é considerado custo no Brasil. Isso é uma deformação completa. Educação é investimento. Salário de professor é investimento; não é custo. Por que salário para fazer uma parede é considerado investimento? Por que salário para fazer a sabedoria, o futuro, a melhoria da preparação da nossa mão-de-obra é considerado custo? É uma aberração dessa lógica que existe no Brasil nas últimas décadas e que continua nos últimos anos do nosso Governo, que é baseada apenas na economia e que despreza o povo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, sabemos da vocação para educação de V. Ex<sup>a</sup> e sabemos o quanto estamos perdendo com o fato de V. Ex<sup>a</sup> ter sido remetido de volta ao Senado Federal. É claro que aqui nos orgulhamos da sua presença, que nos inspira ao debate de assuntos da maior importância para o País. Sua participação nesses debates nos esclarece, nos embala a discutir questões centrais e de interesse maior para a nossa gente. Sobretudo quando se trata de educação, V. Ex<sup>a</sup> é mestre e certamente sempre define com clareza as contradições existentes no nosso País em tantos governos e que são repetidas agora no atual Governo, quando encara o investimento em educação como gasto. Pelo contrário, a educação é um investimento com o retorno mais expressivo, mais representativo e mais assegurado que existe nessa relação custo/benefício do investimento realizado pelo Poder Público. Certamente a presença de V. Ex<sup>a</sup> no Senado Federal nos levará a discutir essa questão muitas vezes, provavelmente levando-nos a uma evolução em matéria de conscientização no que diz respeito à importância dos investimentos em educação no nosso País.

E volto, Senador Paulo Paim, ao “Juiz de Taubaté” – que é a antítese da “Velhinha de Taubaté” – que, a despeito de reconhecer que a garantia da propriedade é um direito inviolável e que cabe ao Estado assegurá-la, reconhece que o Estado não tem condições reais

de assegurar tal direito e, com olhos na realidade, estabelece um novo paradigma.

Não podemos aceitar que o absurdo se transforme em bom senso, como escreveu recentemente Clóvis Rossi.

O “Juiz de Taubaté” afirma: “Não é razoável e adequado ficar a todo momento tirando policiais da rua para cumprir uma reintegração de posse e, assim, privar a população do trabalho da polícia.”

É uma decisão que merece a reflexão de todos nós. No entanto, trata-se de uma decisão que reflete a falência jurídica do Estado brasileiro e que nos leva a protestar contra esses investimentos irrisórios do Governo em segurança pública. O Governo investe uma cifra que começa com zero em segurança pública, quando, na realidade, um juiz é obrigado a decretar a falência jurídica do Estado por entender que não existe segurança no País, por entender que não é possível retirar alguns policiais para cumprir uma decisão judicial de reintegração de posse. Os policiais farão falta – e como farão – para a manutenção da ordem pública.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é necessária esta reflexão: não podemos cerrar fileiras ao lado da “Velhinha de Taubaté” e acreditar que o Governo Lula não emite sinais, neste momento, de, no mínimo, uma governança temerária.

Os problemas estão em nossa frente. A fragilidade governamental é um retrato permanente em cada atitude, em cada passo do atual Governo. A reflexão que estamos hoje solicitando desta tribuna do Senado Federal deve ser especialmente dos que integram o Governo, e sobretudo daqueles que ao redor do Presidente da República, no 4º andar do Palácio do Planalto, devem levá-lo a refletir responsabilmente sobre o que vem ocorrendo no nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Passamos a palavra à Líder do PT e do Bloco, Senadora Ideli Salvatti, que dispõe de 20 minutos para seu pronunciamento, como oradora inscrita.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje pela manhã, a Senadora Serys Slhessarenko e eu tivemos oportunidade de acompanhar o lançamento do Plano Safra 2004/2005 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Pudemos comprovar, em primeiro lugar, o quanto esse segmento da agricultura brasileira – que é representado por quase 15 milhões de brasileiros e brasileiras que se dedicam em suas pequenas propriedades a produzir alimentos para o nosso País, e produzem aproximadamente 70% de todo o alimento que o povo brasileiro consome – tem, por parte do Presidente Lula, o maior apreço e tem tido deste Governo

resposta às suas reivindicações e aos seus anseios e à evolução que esse setor tem tido nesse ano e meio de Governo.

Tive oportunidade de acompanhar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em um evento que durou quase uma semana envolvendo três Estados: o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Na época, ainda não era Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva realizou aquela que ficou conhecida como Caravana da Agricultura Familiar, quando teve a oportunidade de conhecer e conviver com a realidade dessas pequenas propriedades. Pôde avaliar o potencial dessas propriedades e perceber sua importância para a economia do pequeno município; observou o quanto elas são responsáveis pelo dinamismo da economia nesses pequenos municípios; o quanto o trabalho desenvolvido nessas pequenas propriedades, se apoiado e incentivado, tem como principal aspecto a retenção do homem e principalmente do jovem no campo, sem que ele venha para as cidades à busca de oportunidades que muitas vezes as cidades não têm como oferecer e, principalmente, quando a agricultura familiar está envolvida na discussão de um projeto de agricultura, de um modelo de desenvolvimento sustentável, respeitando o meio ambiente.

Naquela época, tivemos oportunidade de acompanhar o nosso atual Presidente nessa quase uma semana de rodada pelo interior, pelos pequenos municípios, visitando as propriedades e fazendo com que o nosso Presidente pudesse ter exatamente a dimensão da importância e da relevância deste setor para a economia nacional. E mais até do que para a economia, porque a agricultura familiar indiscutivelmente se baseia em vários outros aspectos: da cidadania, da ocupação de mão-de-obra, do respeito ao meio ambiente e também da valorização dos nossos pequenos municípios.

Então, quando o Presidente Lula, naquela caravana, apaixonou-se por este setor e com ele se comprometeu, nós tínhamos a confiança de que ao longo do seu Governo este seria um segmento da economia da sociedade brasileira que teria todo o apoio e respeito. Hoje, pudemos comprovar que, em seus discursos, os representantes da Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do País), da Contag e do MST colocaram de forma muito clara os avanços que nós tivemos do Plano Safra do ano passado para este e tudo o que está previsto para o Plano Safra 2004/2005.

É muito importante deixar registrado que, voltando a afirmar, 70% do que comemos vem da agricultura familiar, da pequena propriedade brasileira; 30% do arroz é produzido em pequena propriedade e agricultura familiar; 60% do feijão que nós consumimos; 60%

dos frangos e dos suínos. E há um dado passado pelo Presidente hoje que até a mim surpreendeu. Quando se fala em soja, todos nós temos a idéia de que o agronegócio, a grande propriedade automatizada com maquinário de ponta que é responsável pelo nosso *boom* de exportação, mas, pela informação prestada, aproximadamente 1/3 da soja produzida no Brasil e que tem ampliado e implementado a nossa exportação provém dos pequenos produtores.

A agricultura familiar emprega aproximadamente 80% da mão-de-obra no campo. Portanto, é um setor imprescindível para a geração de emprego e renda. Então, cada real destinado ao financiamento e à assistência técnica desses agricultores é a garantia da permanência dos empregos e das rendas originárias do trabalho que desenvolvem nas suas pequenas propriedades.

Eu gostaria de citar alguns dados que demonstram, de forma inequívoca, como o Governo Lula está priorizando esse setor. Não sei se é possível a TV Senado reproduzir o gráfico que explicita os investimentos para o financiamento da agricultura familiar desde a safra 94/95 até a que se está encerrando agora, a de 2003/2004. Hoje estamos lançando o Programa de Financiamento da Safra 2004/2005, que, no Sul, começa com a plantação que ocorrerá a partir dos próximos meses e, no Nordeste, no final do ano e início do ano que vem. Pode-se observar perfeitamente como, ao longo do Governo FHC, houve estagnação no primeiro mandato; no segundo mandato, um pequeno patamar de elevação, que, porém, ficou estagnado na faixa de 2,2 a 2,3 bilhões de financiamento. No primeiro Plano Safra do Governo Lula, todavia, houve praticamente mais do que o dobro de financiamento para a agricultura familiar. Saltamos de 2,3 bilhões para 4,5 bilhões, que foram efetivamente empregados pelos agricultores em todo o nosso País e, para esta safra que se inicia agora e que foi lançada hoje, em vez dos 4,5 bilhões, a disponibilidade de crédito para todos os agricultores familiares do nosso País é da ordem de R\$7 bilhões. E o Presidente, inclusive, deixou muito claro que, se for necessário aumentar para R\$7,5 bilhões ou para R\$8 bilhões, vamos disponibilizar o crédito, tendo em vista a importância fundamental deste investimento, que beneficia uma população significativa e traz por tabela a produção de alimentos de melhor qualidade e mais baratos para todos os brasileiros.

Aqui há um outro gráfico que também demonstra claramente um salto significativo. Nos últimos quatro anos do Governo FHC, houve estabilização em número de contratos: cerca de 900 e poucos mil contratos

realizados. De outra parte, no primeiro Plano Safra do Governo Lula, foram firmados 1,4 milhão de contratos. Portanto, passamos de aproximadamente 900 mil para 1,4 milhão de contratos executados. Já, no Plano Safra anunciado hoje, a previsão é de que haja 1,8 milhão de contratos assinados com as famílias.

Um outro dado fundamental, que talvez seja um pouco mais difícil de demonstrar em gráfico, é que o Pronaf – Programa de Financiamento da Agricultura Familiar – estava concentrado nas regiões Sul e Sudeste; um pouco mais para a Centro-Oeste e praticamente nada para o Norte e Nordeste do País. E tivemos uma modificação significativa no perfil do financiamento. As regiões que, proporcionalmente, cresceram mais em volume e em oferta de crédito e de contratos foram exatamente a Nordeste, que obteve 97%, praticamente dobrou o volume de contratos, ou seja, pulou de 285 mil para 563 mil contratos; a Norte, que pulou também de 35 para 105, ou seja, cresceu 199%; e a Centro-Oeste, que cresceu de 30 para 58, ou seja, também 93% de crescimento.

Portanto, praticamente não chegava financiamento àquelas três regiões, porque o Sudeste e o Sul do País acabavam absorvendo o volume maior dos recursos e dos contratos, até por uma contingência, pois, quando sai o Plano Safra, são exatamente essas regiões que estão iniciando a safra e, então, são os primeiros a acessar o crédito. Depois de acessado, normalmente acabava sobrando muito pouco para as demais regiões que têm safra um pouco mais tardia, no final do ano ou no início do ano seguinte, que acabavam prejudicadas. Mas tivemos uma reversão fundamental nesse cenário. Hoje, podemos dizer que a perspectiva é uma distribuição espacial dos financiamentos de forma mais justa e equilibrada entre todas as regiões do nosso País.

Na safra anunciada hoje no Plano Safra, vamos ter R\$7 bilhões para crédito, disponibilizados para os nossos agricultores familiares, para a pequena agricultura. Desses R\$7 bilhões, R\$4,22 bilhões serão destinados a custeio e R\$2,78 bilhões serão destinados a investimentos. Portanto, praticamente um terço dos R\$7 bilhões será destinado para o aperfeiçoamento das propriedades, para aquisição de máquinas, para a melhoria da qualidade de produção, a fim de que os nossos agricultores familiares possam ter, com os investimentos feitos, condição de terem uma competitividade maior.

Como já tive oportunidade de dizer, a meta é, em vez de 1,4 milhão de contratos executados nesse Plano Safra que se encerrou, termos 1,8 milhão de contratos para este que se inaugura agora. Desses 1,8 milhão de contratos, 350 mil serão contratos em que os

agricultores terão acesso pela primeira vez ao crédito rural. Portanto, será dada oportunidade para aqueles que nunca tiveram a possibilidade de utilizar o crédito para poder financiar o seu custeio de produção, para fazer investimento. É uma oportunidade extremamente importante para um segmento que contribui de forma significativa com o desenvolvimento de nosso País.

Todos os programas iniciados, aperfeiçoados ou desenvolvidos com maior relevo no ano passado terão continuidade este ano, como é o caso do Pronaf Alimentos, do Pronaf Semi-Árido e da extensão do Pronaf aos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas, o que foi novidade no Programa Safra do ano passado e, neste ano, passará por uma ampliação, uma abertura maior para financiamento a essas comunidades. O Pronaf Florestal e o Pronaf Pesca – iniciado no ano passado – também serão ampliados.

Quero aqui ser testemunha – porque meu Estado tem uma costa extensa, com um volume significativo de pesca artesanal – do quanto esse programa foi de fundamental importância para que nossos pescadores artesanais pudessem, pela primeira vez na vida, acessar um financiamento para trocar o motor das embarcações, comprar redes novas, melhorar os barcos, ou seja, fazer investimentos em seus equipamentos de trabalho que lhes permitissem uma condição melhor de disputa e de acesso a uma renda melhor.

Cito, ainda, o Pronaf Agroecologia, o Pronaf Máquinas e Equipamentos, o Pronaf Agroindústria, que é também um dos esteios, um dos pilares de todo o financiamento – porque o desenvolvimento da pequena indústria e da pequena agroindústria consorciada entre várias famílias tem sido uma alternativa muito utilizada nas pequenas propriedades como forma de agregar valor aos produtos e de permitir um acréscimo na renda das famílias –, e que também receberá um volume maior de recursos. Além disso, haverá manutenção das taxas de juros subsidiadas.

Na solenidade de hoje, inclusive, o programa teve um destaque. Hoje o Cartão Pronaf nº 1.000.000 foi dado a uma agricultora, Sr<sup>a</sup> Eusébia, do Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais pobres do nosso País, onde o combate à miséria e à fome tem sido sempre uma das prioridades do Governo – o Presidente da República inclusive já teve a oportunidade de visitar a região inúmeras vezes. Como forma de marcar a ocasião, essa agricultora, Sr<sup>a</sup> Eusébia, que recebeu o Cartão Pronaf nº 1.000.000, foi saudada pela agricultora que, no ano passado, recebeu o Cartão Pronaf nº 1.

O Cartão Pronaf é uma inovação importantíssima no Plano Safra, pois permite que o agricultor que fez o cartão pela primeira vez não precise, neste ano, refazer toda a papelada e disputar mais. O agricultor

vai diretamente ao banco, passa o cartão e acessa automaticamente o seu crédito para dar continuidade aos empreendimentos na sua propriedade. Portanto, o Cartão Pronaf começou a ser distribuído no ano passado, com a concessão do cartão nº 1, e ontem expediu o de nº 1.000.000 pelo Banco do Brasil, entidade que está implementando o cartão.

Primeiramente, a facilidade e a simplificação permitem que o agricultor não seja submetido a constrangimentos. Todos sabemos – e isso foi também registrado na solenidade – o quanto foi necessário treinar gerente e funcionários dos bancos, a fim de modificar o seu comportamento em relação aos agricultores. Porque quem vai pegar um empréstimo de R\$2,5 mil merece o mesmo respeito dispensado àquele que vai pegar um empréstimo de R\$3 milhões, já que ambos são clientes e brasileiros. Portanto, o pequeno agricultor não pode ser discriminado por nenhum gerente ou funcionário, de qualquer banco, seja privado ou estatal. O próprio Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste tiveram que treinar seus funcionários. Muitas denúncias foram apresentadas, mostrando o que estava emperrando e onde havia problemas, e muitos gerentes tiveram que ser chamados à responsabilidade de atender bem os agricultores.

O Cartão Pronaf é um reconhecimento ao pequeno agricultor. Todo e qualquer pobre no Brasil sabe da necessidade de ver respeitado o seu nome, que é o seu patrimônio. Ele sabe que, quando o seu nome não está bem na praça, ele perde todo o apoio, todo o reconhecimento. E a inadimplência dos pequenos agricultores, dos agricultores familiares, é uma das mais baixas, entre um e dois por cento – perde de longe para a inadimplência dos grandes proprietários rurais, dos grandes latifundiários.

Nesse sentido, o Cartão Pronaf é inclusive uma forma de reconhecer essa responsabilidade que o pequeno agricultor tem, porque ele sabe que não se trata de assistência social, mas de um programa de financiamento que, se utilizado, melhora a sua produção, a qualidade do seu produto e o investimento na sua propriedade. Ele sabe também que o pagamento em dia se reverte, no ano seguinte, em ampliação do crédito.

Por esse motivo, essa questão do cartão foi bastante ressaltada na solenidade de hoje, até por uma brincadeira do Presidente Lula. O Ministro Miguel Rosseto pegou emprestado o cartão da Sr<sup>a</sup> Eusébia para fazer a apologia e destacar a importância do Cartão Pronaf como um resgate da cidadania e do respeito aos pequenos agricultores. Quando S. Ex<sup>a</sup> se sentou, o Presidente Lula deu a ordem: “Devolva já, que esse cartão não é brincadeira”. O Ministro, então, devolveu-o

para a Sr<sup>a</sup> Eusébia. O cartão é exatamente a garantia de acesso ao crédito, sem burocracia, rapidamente e com respeito.

Venho de um Estado onde a agricultura familiar é um dos segmentos mais importantes da economia, onde a pequena propriedade é relevante para mais da metade dos nossos Municípios, que dependem da agricultura familiar para o aquecimento da economia local. Por isso, sei o quanto um crédito de R\$7 bilhões – em vez de R\$4,5 bilhões –, como será dado este ano, resgata o trabalho, reconhece a importância do trabalho desse segmento, e o quanto isso injeta recursos na economia do pequeno Município, evitando o crescimento dessa urbanização desmesurada, que acarreta tantos problemas para os habitantes das grandes cidades.

Sr<sup>a</sup> Presidente, parabeno o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por lançar esse Plano Safra e pelo reconhecimento que todos os agricultores e todas as entidades que representam os agricultores familiares demonstraram na solenidade hoje de manhã. Eu não poderia deixar de trazer à tribuna um assunto tão relevante para aqueles que trabalham de sol a sol, embaixo de chuva, sem sábado ou domingo, a fim de que o povo brasileiro consuma produtos de qualidade no cotidiano.

Agradeço e peço desculpas por haver ultrapassado alguns minutos de meu tempo.

*Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko)

– Com a palavra, por ordem de inscrição, o Senador Paulo Paim.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer uma análise rápida da situação do desemprego e da renda do brasileiro e dizer que vi, com satisfação, que o desemprego, após bater um recorde de 13,1% em abril, caiu para 12,2% no mês de maio. Essa redução significou a abertura de 148 mil novas vagas no mercado de trabalho.

Avançamos na importantíssima questão do desemprego, mas não avançamos na questão da renda do brasileiro. Nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, o rendimento médio do trabalhador sofreu uma queda real de 0,7% em relação a abril, e de 1,4% em relação a maio de 2003.

O resultado prático da redução da renda do trabalhador está no número de consumidores endividados e inadimplentes, por exemplo na região metropolitana de São Paulo. Segundo a Federação do Comércio do Estado, 72% dos consumidores apresentam hoje algum tipo de comprometimento da renda – com cheque especial, cartão de crédito, empréstimo pessoal ou prestações em geral. Em maio, eram 66%. Como no final do salário sobra sempre mais mês para o trabalhador enfrentar com despesas, o endividamento só aumenta.

A Fecomércio mostra uma preocupação que vai nesta linha: as vendas aumentam sem que a renda apresente qualquer recuperação. Por esse motivo, os dados da pesquisa trazem também preocupações quanto à capacidade de pagamento dos que estão se endividando.

O aumento do endividamento ocorre devido à oferta de crédito pelo setor financeiro. E o consumidor, sem ter para onde correr, submete-se a taxas altíssimas de juros cobrados pelas financeiras. Ele se endivida cada vez mais para completar o mês que sobra ao final do seu salário, que não dá para pagar as dívidas.

Isso também está acontecendo com os aposentados. Seus proventos, além de baixos, não acompanham a correção do salário mínimo. Eu já comentei, em outra semana, que a perda acumulada do aposentado em relação ao mínimo ultrapassa 47%, se pegarmos, em média, os últimos dez anos. Também os aposentados ficam como alvos do sistema financeiro, entrando em uma situação de ida sem volta, sem ter como sair da situação de endividamento que estão assumindo.

Sem que a renda do trabalhador acompanhe o crescimento do PIB, como historicamente ocorre, a capacidade de pagamento está comprometida a médio e longo prazo. Prova disso é que o número de inadimplentes chegou em junho a 46%, contra 45% em maio.

Sr<sup>a</sup> Presidente, estudo do economista Márcio Pochmann confirma que, ao contrário do observado em outras economias que avançaram em seu processo de distribuição de renda, o Brasil continua sendo um dos países com mais baixo salário. E apresento alguns dados históricos. Entre 1940 e 1999, a renda do brasileiro, o PIB **per capita**, foi multiplicada por cinco vezes, enquanto o poder aquisitivo do salário mínimo vem perdendo, a partir dos anos 60, cada vez mais a sua participação. Hoje ele vale praticamente um quinto do que valia. Quer dizer, o PIB sobe cinco vezes, e a renda do brasileiro cai cinco vezes.

Em 1957 – mostra Márcio Pochmann –, o salário mínimo anual chegou a representar 2,7 vezes a renda **per capita** dos brasileiros. Em 1999, ele baixou para

28% do PIB **per capita**, um dos menores índices desde 1940. O mesmo procedimento tendeu a ocorrer na comparação entre a evolução do salário médio na indústria de transformação e a do salário.

Nos anos 50, o salário mínimo chegou a representar quase 90% do salário médio industrial, mas, a partir da década de 60, período do chamado “milagre econômico”, houve uma queda na participação relativa estimada em 55,8%.

Nas décadas de 1980 e 1990, o quadro de estagnação da renda **per capita** foi acompanhado do maior esvaziamento da participação do salário mínimo no salário médio da indústria, chegando a ser diminuído em 62,8%.

Em 1999, o salário mínimo representou apenas 16% do salário médio da indústria, enquanto, no final dos anos 70, esteve acima de 40%.

Nos últimos 60 anos, o valor do salário real foi reduzido a um quarto do seu valor em 1940, data histórica da sua criação.

O valor aprovado para o salário mínimo na Câmara, na semana passada, não muda esse quadro.

No próximo dia 1º de julho, o Plano Real completará dez anos. Nesse período, o Plano conseguiu segurar as taxas da inflação, mas não conseguiu segurar a queda do salário do brasileiro.

Poderíamos lembrar aqui que, desde o lançamento do Plano Real, cerca de 2,6 milhões de empregos desapareceram. Conforme conclusão dos economistas que participaram, recentemente, do nosso seminário sobre Emprego e Renda, que realizamos aqui no Senado, esse contingente de desempregados só cairá se, nos próximos seis anos, a economia crescer a uma taxa acima de 4%.

Lembramos, novamente, que a estabilidade advinda do Plano Real não conseguiu reverter o quadro de paralisia da economia. Ao contrário, aprofundou-o de tal forma que, há dez anos, a expansão da economia nacional está abaixo da média dos países em desenvolvimento.

Temos denunciado, desta tribuna, que as elevadas taxas de juros que ancoram o Plano Real, juntamente com os baixíssimos salários dos trabalhadores, constituem o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico.

Na última sexta-feira, a Confederação Nacional da Indústria confirmou esses dados. A entidade divulgou um estudo defendendo a redução da margem líquida de lucro dos bancos e dos impostos diretos sobre a intermediação financeira, para derrubar o chamado *spread* bancário, diferença entre a taxa de captação dos bancos e os juros cobrados nos empréstimos.

O custo da intermediação financeira no País, segundo alguns economistas, chega a ser mais grave que a taxa Selic e prejudica especialmente as pequenas e médias empresas, onde é gerado o maior número de empregos.

Levantamento do Fundo Monetário Internacional feito em 2003 coloca o Brasil como dono do maior *spread* bancário, com taxa de 45,10%, seguido pelo Paraguai, com a taxa de 24,50%, e a Argentina, com 8,90%. Ou seja, no Brasil, a taxa de intermediação financeira é mais de cinco vezes maior do que a da Argentina. Somada à Selic, a taxa básica de juros, temos o maior custo financeiro do mundo! Trata-se de um custo financeiro que não nos autoriza vislumbrar as taxas de crescimento necessárias para a geração de emprego e renda de que a economia brasileira tanto necessita.

Nos últimos anos, o Brasil vem perdendo a sua participação na economia mundial. De oitava potência econômica, como éramos há vinte anos, amargamos hoje a décima quinta ou a décima sexta colocação.

Sob pena de perder, cada vez mais, nossa participação na economia mundial, o Brasil precisa ter a coragem de dar início imediato a um processo de distribuição de renda e de geração de empregos. Uma coisa puxa a outra. Bons salários dinamizam a economia, aumentam o consumo e puxam as vendas do comércio, e estas, a produção da indústria, que contratará mais trabalhadores para garantir o aumento da produção.

Esta Casa pode dar uma grande contribuição a esse processo. Aqui no Senado, tramitam projetos, não só de nossa autoria, que, se aprovados e transformados em leis, podem colocar o Brasil no caminho do tão falado e aclamado desenvolvimento sustentado.

Refiro-me ao projeto que reduz a jornada de trabalho para quarenta horas semanais, sem redução dos salários, e ao que estabelece normas definitivas para que o salário mínimo ultrapasse a barreira dos US\$100.00.

O primeiro resulta na criação imediata de quatro milhões de novas vagas de trabalho se se reduzirem as horas extras. O segundo, acrescentando à inflação o dobro do crescimento do PIB no período, assegura um salário mínimo descente para o povo brasileiro, para os assalariados e para os aposentados.

Confiamos, Sr<sup>a</sup> Presidente, na sensibilidade e na responsabilidade dos nobres Senadores e Senadoras deste País. Esta Casa não pode continuar assistindo passivamente à queda vertiginosa da renda do trabalhador e ao desemprego e vendo afundar cada vez mais a economia do País, até porque tudo neste País está indexado. A gasolina, o gás, os remédios, o tri-

go, as tarifas públicas, o sistema financeiro, tudo está indexado. Ainda há indexações atreladas ao dólar. Só o que não está indexado neste País são os salários. Esse, de modo algum, pode ser indexado, assim como os salários do trabalhador e o benefício dos 22 milhões de aposentados e pensionistas.

Concluo, Sr<sup>a</sup> Presidente, dizendo que faço mais uma vez essa reflexão de uma forma propositiva. Aceitei o convite do Senador Cristovam Buarque para reunir uma série de Senadores – sei que a Senadora Serys Slhessarenko também foi convidada –, para que reflitamos, repito, de forma propositiva e apresentemos proposições e novos caminhos, a fim de não ficarmos somente assistindo a essa situação da queda da renda do brasileiro.

Senador Cristovam, preocupei-me quando ouvi, nesse fim de semana, de uma hora para outra, uma notícia de que o salário mínimo poderia chegar rapidamente a um número até maior que aquele que propusemos, de US\$100. Bom, se podia, por que não chegou? Segundo a notícia, nessa engenharia ora arquitetada, as prefeituras do Nordeste poderiam pagar até R\$320 ou R\$330. Bom, se poderiam, por que não aprovamos? O grande argumento era de que as prefeituras não poderiam pagar acima de US\$100.00.

Quero discutir com seriedade o assunto. Continuo com a mesma tese que sempre defendi.

Algumas pessoas falaram-me que o caminho será o aumento da alíquota de contribuição para a Previdência para os trabalhadores das áreas pública e área privada e para os aposentados e pensionistas. Espero que esse não seja o caminho. Por isso, é boa essa reflexão, para que possamos discutir a questão.

Se aumentarmos novamente a contribuição de empregados, de empregadores, de servidores, de aposentados e pensionistas, haverá redução de vencimentos. Aumentar contribuição e não reajustar salário fere a Constituição, mais precisamente os arts. 5º e 6º, referentes à ordem social, segundo os quais não pode haver redução de vencimentos.

Preocupa-me quando esses balões de ensaio começam a surgir, dizendo que haverá aumento das contribuições. Espero que se trate somente de balão de ensaio. Estou comentando esse assunto e espero fazê-lo amanhã na reunião que faremos com alguns Senadores, demonstrando a minha preocupação.

Segundo um jornal, é bem provável que seja elaborado um projeto para que os aposentados não tenham direito ao mesmo salário mínimo daqueles que estão na ativa, o que considero – repito – um grande equívoco.

Sei que, até o final do ano, os aposentados estarão mobilizados em todo o País para recuperarem os

47% que perderam. Imaginem o que ocorrerá se encaminharem para o Congresso matéria estabelecendo que eles não têm direito ao mesmo salário mínimo dos que estão na ativa.

Não quero acreditar que isso seja verdade. Prefiro continuar crendo que se trata apenas de balão de ensaio. Espero que a contribuição dos assalariados que ora estão na fábrica, dos aposentados e dos pensionistas, os quais, pela reforma da Previdência, passaram a ter que contribuir – o debate dessa questão está no Supremo –, não sofra aumento e que o salário mínimo seja uma referência para todo o povo brasileiro, unificado em nível nacional tanto para os que estão na ativa como para os que são aposentados ou pensionistas.

Essa idéia é um equívoco enorme, e insisto para que ela não seja verdade, pois, se enviarem matéria dessa natureza para esta Casa, será muito ruim, e, evidentemente, votarei contra ela – e a coisa vai complicar novamente.

Senadora Serys Slhessarenko, digo tranqüilamente que assisti a um programa de caráter nacional no fim de semana em que alguém dizia que, segundo determinado Ministro, eu não teria mais crédito junto ao Governo. Eu tenho crédito junto ao Governo, sim, senhores! E o acordo que fizeram conosco com relação à “PEC Paralela”, Senador Mozarildo Cavalcanti? Isso é crédito. Onde está o debate do Estatuto da Igualdade Racial, que, conforme acordado, seria votado até junho na Câmara? Onde está o debate do Estatuto da Pessoa Deficiente, que também seria votado? Temos crédito, sim, em nome do povo brasileiro.

Eu, pessoalmente, não tenho nem quero ter nada no Governo. Graças a Deus, não tenho cargo, não tenho nada! Minhas emendas estão represadas, como costumamos dizer. Mas nem estou dando importância a isso. Podem fazê-lo quando quiserem. Não me causa preocupação. Quero saber de projetos, de idéias. Quero fazer o bom debate sobre aquilo que pode ajudar o País. Nesse sentido, estou disposto a colaborar, independentemente do autor da proposta.

Concedo, com alegria, o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PT – DF) – Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, adquirimos crédito ao longo da nossa vida e biografia. Então, esse seu crédito ninguém tira. Todavia, às vezes, por certas posições nossas, reduzimos o crédito que temos. No seu caso, ressalto, com a tranqüilidade de quem votou a favor do salário mínimo de R\$260,00, que não há razão alguma para V. Ex<sup>a</sup> perder crédito, porque V. Ex<sup>a</sup> não traiu decisão alguma do Partido, assim como a Senadora Serys. Houve um fechamento de questão

pela bancada. Falo também com crédito de quem foi à tribuna pedir a expulsão da Senadora Heloísa Helena, porque S. Ex<sup>a</sup> tinha ferido uma determinação do diretório. Qual é a diferença? Sr<sup>a</sup> Presidente da Mesa, Senadora Serys, quando me sento à mesa para reunião de bancada, como Senador, represento o meu eleitor do Distrito Federal; não represento o militante do PT. Represento o militante do PT quando vou ao diretório, como membro do diretório, tendo sido eleito para o diretório pela militância do PT. Para mim, está claro. Quando a bancada se reúne e fecha questão, o fechamento é indicativo; quando o diretório se reúne e fecha questão, é impositivo. V. Ex<sup>as</sup> não votaram conforme a bancada – que, aliás, nem votou naquele momento, porque fiz as contas e concluí que daria empate a soma dos que eram a favor e contra o fechamento de questão. Mas vamos supor que, por um acordo, se fechou questão. Tratava-se de um indicativo. Creio que, em momento algum, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim, a Senadora Serys e o Senador Flávio Arns, a meu ver, fizeram ato de traição ao Partido. V. Ex<sup>as</sup>, primeiro, foram coerentes com as histórias de V. Ex<sup>as</sup>; segundo, não se tratava de uma decisão impositiva da bancada do Senado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam, pela sua ponderação equilibradíssima, deixando muito claro que o nosso compromisso é com o País. Por isso, estarei na reunião com V. Ex<sup>a</sup> amanhã para refletir, assim como a Senadora Serys e tantos outros Senadores.

Dou-me o direito de citar V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Cristovam Buarque, porque, minutos atrás, falávamos sobre esse diálogo bom e propositivo – repito –, numa demonstração clara de que também queremos ajudar o País e o Governo do Presidente Lula. Então, que fique muito claro que a reunião, que já é pública, é no sentido de ajudar.

Sempre digo que humildade é um dom dos grandes homens. Para mim, um homem arrogante e prepotente não é um grande homem. Senador Cristovam Buarque, durante a viagem que juntos fizemos para acompanhar o enterro do grande líder Leonel de Moura Brizola, conversávamos eu, V. Ex<sup>a</sup> e o nosso Vice-Presidente – estou falando desse encontro no avião de forma elogiosa. Vi quando V. Ex<sup>a</sup>, de forma muito humilde, dirigindo-se ao Vice-Presidente e ao Ministro Ciro Gomes, disse que queremos ajudar o Governo e perguntou como fazê-lo. Entretanto, para ajudar, queremos dialogar, conversar. O Senador Cristovam Buarque disse: “Não pedi procuração da Senadora Serys Slhessarenko e dos Senadores Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior e Paulo Paim, mas entendo que S.

Ex<sup>as</sup> também querem ajudar, mas, então, é preciso dialogar, conversar”.

Ambos ouviram respeitosamente a ponderação de V. Ex<sup>a</sup>. E o Vice-Presidente, José Alencar, disse ser necessário buscar caminhos de diálogo, para que possamos construir juntos propostas a serem votadas no Senado Federal, mas que, antes, elas deveriam ser discutidas e debatidas. O que não pode é chegar uma proposta, seja deste ou daquele Ministério, e dizerem que temos de votar favoravelmente a ela. Mas que proposta é essa? De onde veio? Qual é o sentido, a lógica dela? O que há de argumento, de subsídio para o debate? Assim, sem responder a essas indagações, não consigo votar. Entendo que nenhum Senador consegue votar sem conhecer o teor, o porquê. Percebia que V. Ex<sup>a</sup> fazia quase um apelo.

Vi a Deputada Jandira Feghali, do PC do B, , num outro momento, dizer: “Quero votar com o Governo, mas não me forcem a votar contra”. As pessoas estão pedindo para conversar, estou falando aqui da base do Governo, de forma muito fraternal, porque sei que todos nós temos um carinho muito grande pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*A Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Passo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe da palavra por 20 minutos.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, preciso falar, mesmo que brevemente, sobre três temas da maior relevância. São eles: convocação extraordinária, planos de saúde e Ministério Público. No entanto, eu não poderia deixar de referir-me rapidamente ao Plano Safra 2004/2005, como fez há pouco a Senadora Ideli Salvatti. Estivemos no Palácio do Planalto hoje para o lançamento do segundo Plano Safra. O primeiro já teve seus ganhos assegurados, mas os avanços do segundo Plano Safra realmente demonstram que o caminho está sendo trilhado com relação à agricultura familiar em nosso País. Vou me restringir a esse registro, porque considero da maior relevância este momento do nosso Governo.

Ressalto que não serei repetitiva, referindo-me às palavras do Senador Paulo Paim, as quais assino embaixo. Aliás, eu gostaria de ter feito esse discurso.

Também quero dizer, mais uma vez, que o Senador Cristovam Buarque me deixa, a cada dia, mais encantada com suas posturas, com suas posições. Realmente, o Senador Cristovam Buarque é, com certeza, uma figura ímpar na sociedade brasileira e no Senado. A grandeza permanente de S. Ex<sup>a</sup>, suas manifestações, sua humildade e seu preparo são ímpares.

Sr. Presidente, farei uma breve consideração sobre a questão que está sendo tão falada pela imprensa brasileira: uma possível convocação extraordinária do Congresso Nacional no mês de julho. Não tenho nada contra convocações extraordinárias nem contra autoconvocações. Nada disso me preocupa. Que se vote a LDO mais tarde. Vamos votar o que deve ser votado. Há projetos importantes a serem votados na Câmara? Há projetos importantes que não podem esperar o retorno do recesso do mês de julho, que não podem esperar o mês de agosto para serem votados no Senado? Não entremos em recesso, partamos para a autoconvocação. Mas não aceito, sou radicalmente contra, o pagamento de convocação extraordinária, pois não há necessidade. Elaborei um projeto que objetiva acabar com o pagamento das convocações extraordinárias. Nunca as recebi. Foram pagas duas: uma em julho do ano passado e a outra em fevereiro deste ano. Não as recebi, pois sou contra o pagamento de extraordinária, repito. Quero aqui, mais uma vez, reafirmar o meu claro entendimento nesse sentido. Se for necessária a nossa presença aqui, para isso fomos eleitos. Recebemos o décimo terceiro salário como os outros trabalhadores brasileiros, fazemos jus a esse salário, trabalhamos muito, mas não precisamos de pagamento extra. Se for preciso estar aqui no período de recesso parlamentar, que estejamos prontamente, para votar o que se fizer necessário. Que se faça um mutirão, que se tragam muitas matérias, que se passe dois ou três dias até altas horas da noite. Enfim, que debatamos com profundidade, que tratemos com seriedade necessária as matérias apresentadas, mas que a Câmara e o Senado as vote.

Se tivermos que ficar aqui ficamos, não há problema algum. E, enquanto, não votarmos a LDO, a Casa não entra em recesso. Que nós, Senadoras, Senadores e Deputadas e Deputados, realmente façamos acordos. Existe um cronograma de matérias importantes a serem votadas? Que se trace esse cronograma e que partamos para o aprofundamento da discussão e para a votação por serem matérias importantes.

Não tenho nenhuma dúvida da posição do Senado. Se fizermos um levantamento do trabalho realizado aqui ano passado, Senador Cristovam Buarque, Presidente José Sarney, que acaba de chegar, veremos a grandiosidade do trabalho em termos quantitativo e

qualitativo. O povo brasileiro é testemunha, pois acompanha pela TV Senado o desenvolvimento do trabalho nesta Casa. Foi realmente algo extraordinário. Lembrome perfeitamente de que no dia 23 de dezembro estávamos aqui às 23 horas. Isto quer dizer que, quando se faz necessário, estamos presentes.

Uma outra questão importante, que realmente preocupa parte da sociedade brasileira e que entendemos importante ressaltar desta tribuna, é que a partir de hoje pacientes e médicos poderão fazer denúncias sobre planos de saúde pelo telefone 0800-887-7700. A ligação é gratuita e a identidade de quem ligou será mantida em sigilo.

Com as informações coletadas pelo serviço, associações de médicos de todo o País pretendem elaborar um relatório sobre as irregularidades cometidas por determinados planos de saúde.

Faço daqui o meu apelo para que cidadãos do meu Estado de Mato Grosso e cidadãos de todo o Brasil peguem no telefone e façam suas denúncias, demonstrem seu descontentamento com o atendimento que vêm recebendo dos diversos planos de saúde, pelo Brasil afora. É importante participar dessa espécie de plebiscito eletrônico que está sendo convocado pela Associação Médica Brasileira.

Segundo o Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB, Dr. Eleuses Paiva, o primeiro levantamento sobre as queixas dos usuários deve ficar pronto em 30 dias. O Dr. Paiva disse que a quantidade de denúncias recebidas por “meios extra-oficiais” já é grande, mas ainda não revelou números. As reclamações feitas pelo telefone serão analisadas por equipes da Associação Médica Brasileira, do Conselho Federal de Medicina e da Federação Nacional dos Médicos. Também serão recebidas denúncias de médicos que se sentem pressionados pelas seguradoras – informou o Presidente da Associação Médica Brasileira.

O relatório sistematizando as denúncias certamente será repassado ao Congresso Nacional, para que possamos ter um melhor posicionamento diante das irregularidades que vêm marcando a atuação dos planos de saúde no Brasil.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as queixas que nos chegam são muitas, e são muitos os que gritam contra os planos de saúde. O Brasil se ressentido de uma grande melhoria no atendimento à saúde do seu povo. E os planos de saúde são usados por aqueles setores ainda melhor aquinhoados da população. A maioria de nossa população não tem plano de saúde e tem que recorrer ao atendimento nos hospitais públicos, que enfrentam também muitas dificuldades. Mas devo destacar que esse mutirão de denúncias contra os planos de saúde contribuirá para que se tenha um retrato

sem retoque da situação do atendimento à saúde no Brasil, nos seus mais diferentes aspectos.

Parabéns, portanto, à Associação Médica Brasileira pela iniciativa, na pessoa do Dr. Eleuses Paiva. Que este seja o telefone mais acessado no Brasil, nos próximos dias: 0800-887-7700. Não podemos deixar quem explora a boa-fé do povo dormir em paz.

De fato, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a questão dos planos de saúde no Brasil está grave, séria, e se a Associação Médica Brasileira toma essa atitude de fazer uma espécie de plebiscito para os usuários terem conhecimento dos planos de saúde é porque a situação, realmente, está muito grave para a população usuária desses planos de saúde.

Acreditamos que com esses dados certamente teremos condições – quando digo nós é a sociedade brasileira e o Congresso Nacional – de mudar a situação dos planos de saúde.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senadora Serys Slhessarenko, eu estava presidindo a sessão quando chegou o Presidente José Sarney, e disse a S. Ex<sup>a</sup> que somente assim teria oportunidade de fazer um aparte à nossa Senadora. Primeiramente quero cumprimentá-la pela sua avaliação do plano de saúde. V. Ex<sup>a</sup> sabe que nós, que aprovamos aqui o Estatuto do Idoso, estamos percebendo isso, porque o Estatuto do Idoso não permite que haja discriminação, pois lá tem um artigo nesse sentido, em matéria de mensalidade. Agora, vêm com três temas: ou mantém, ou migra (a tal da migração), ou entra para um sistema híbrido. Enfim, tem que haver o maior cuidado para que mais uma vez, infelizmente, o idoso não seja o grande prejudicado. Outra questão que gostaria de abordar, e quero cumprimentá-la por isso, é sobre a convocação extraordinária. Na outra convocação, e V. Ex<sup>a</sup> sabe a minha posição, eu era totalmente favorável à convocação extraordinária com um motivo justo, com as minhas convicções, que era a PEC paralela. E V. Ex<sup>a</sup> também, naquela oportunidade, dizia com muita firmeza: “Tudo bem, a favor da PEC paralela, convocuem, mas eu não receberei”. E V. Ex<sup>a</sup> está mantendo a mesma coerência e com muita firmeza. Agora, se naquela oportunidade em que defendíamos a PEC paralela – e continuamos a defendê-la –, ela não foi votada, não foi votada na convocação de janeiro, não foi votada em fevereiro, não foi em abril, não foi em maio, não foi em junho, e não será em julho porque tudo indica isso. Quando havia um motivo mais do que justo, que era garantir um prejuízo menor para milhões e milhões de trabalhadores, a convocação acabou se dando, mas a votação não. Neste momento, quando há interesses do chamado grande grupo econômico

deste País, se pensa agora com a maior tranquilidade que pode haver a convocação. Quero concordar com V. Ex<sup>a</sup>: se quiserem convocar, convoquem, nós vamos estar aqui, e não votem a LDO; conseqüentemente, não precisa pagar ninguém. Se tivermos que ficar aqui, vamos ficar. Agora, convocar em dezembro – e a sociedade foi chamada a pagar, e a PEC paralela não foi votada – não tem lógica nenhuma convocar de novo em julho para votar somente o que interessa ao poder econômico. Por isso, meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>. A exemplo do que V. Ex<sup>a</sup> dizia do Senador Cristovam, quanto mais a ouço e vejo a coerência da sua trajetória, mais a respeito.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Realmente, cada vez que me lembro da PEC paralela, sinto-me incomodada e chateada demais porque sei da sua luta, da nossa luta, da luta de todo o Senado. Votamos rapidamente a PEC paralela, fizemos um mutirão, discutimos, aprovamos, foi praticamente por unanimidade – se é que não foi por unanimidade. Mas, infelizmente, estamos com este problema: a sociedade brasileira, que é a parte mais interessada, além de nos trazer para cá com o seu voto, ela tem que ficar esperada para cobrar da Câmara a votação da PEC paralela. Aliás, é um absurdo, porque está lá desde dezembro e até agora não foi votada. Não existe uma explicação que eu possa dar à sociedade brasileira com relação à falta dessa votação.

Ainda quero falar, no pouco tempo que me resta, sobre um tema que merece a maior atenção: a ameaça que paira sobre o Ministério Público em nosso País. Todos os cidadãos estão preocupados e com justa razão. Aqueles que ameaçam o poder de investigação do Ministério Público, aqueles que querem impedir o Ministério Público de investigar crimes e falcaturas, ameaçam o próprio Estado de direito que vigora em nosso País. Em Mato Grosso, por exemplo, meu Estado, com muita justiça, o Procurador Pedro Taques tem alertado para a gravidade dessa ameaça.

Quero ler, rapidamente, uma reportagem na qual há palavras dos Procuradores Pedro Taques, Mauro Zaque e de alguns juizes. S. Ex<sup>as</sup> vêm mantendo, com muita determinação, as investigações contra o crime organizado no Estado de Mato Grosso. O crime está sendo banido, afastado, graças ao trabalho da Polícia e do Judiciário de um modo geral. E o Ministério Público lá, tanto federal quando estadual, tem tido um papel decisivo, determinante.

Acredito que não é o momento de questionar, brigar ou discutir se tem de ser só esse ou aquele; todos têm de juntar forças para combater, exterminar o crime organizado. Quem tem de ser organizada é a

sociedade e não o crime dentro do País. Agora, se for preciso virem o Ministério Público, a Polícia Federal, o Judiciário federal e o estadual, que venham todos para esse combate e que se extirpe esse cancro de nossa sociedade.

O procurador chefe da Procuradoria da República em Mato Grosso, José Pedro Taques, disse ontem que se o Ministério Público – federal e estadual – for impedido de fazer investigações criminais, o combate à corrupção estará inviabilizado no Brasil. Com essa declaração, Taques abriu a audiência pública promovida por procuradores e promotores de Justiça em defesa do direito de continuarem investigando crimes.

O poder dos representantes dos MPs de apurar atividades criminosas está sob ameaça por causa de uma ação que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), impetrada pelo deputado federal maranhense Remi Trinta (PL), acusado de fraude contra o SUS, cujo julgamento deve acontecer em agosto.

“Se a decisão do STF disser que não podemos investigar muitas das nossas ações seriam declaradas nulas”, alertou Taques. Em Mato Grosso, provas apuradas contra o bicheiro João Arcanjo Ribeiro poderiam perder a validade legal. “Essa é uma decisão que nos preocupa”, lamentou Pedro Taques, dizendo que “a sociedade precisa reagir, não pode ficar omissa.”

Segundo o procurador, o que o MP quer é a possibilidade de exercer o dever de apurar, jamais excluir a polícia da atribuição dessa tarefa.

Conforme Taques, uma decisão do STF, não afetaria apenas o MP. O Congresso e a Câmara Federal também ficarão impedidos de criar CPIs assim como o Banco Central, que apura crimes financeiros e a Receita Federal, com suas investigações sobre sonegação fiscal.

Na visão do Procurador-Chefe, o Ministério Público começou a incomodar, porque saiu da senzala, deixou de lado os ladrões de galinha e entrou na casa grande, passando a investigar criminosos de maior influência e poder político e econômico. Na interpretação de Pedro Taques, se o Supremo Tribunal Federal proibir a investigação será uma decisão política. “A constituição Federal não nos veda”, completou o Procurador.

O Promotor de Justiça Mauro Zaque, do Gaeco, também de Mato Grosso, acha que o País não pode admitir esse retrocesso. Citando o Rio de Janeiro, disse que em algumas regiões o poder do Estado está abaixo das organizações criminosas. “É um absurdo, até hilariante, tornar exclusividade das polícias o papel de investigar”, acrescentou Zaque, apelando para uma mobilização nacional.

Já o Juiz José Roberto Hortêncio Júnior, Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho em Mato Grosso (Amatra), pela importância do trabalho que os MPs vêm desenvolvendo no País, a preocupação do momento não deveria ser a limitação do trabalho, mas o melhor aparelhamento dessas instituições. “Não deveríamos limitá-los, mas lhes oferecer melhores meios de trabalho”, defendeu o magistrado.

Para César Augusto Bearsi, Juiz da 3ª Vara da Justiça Federal, é um absurdo levar esse assunto para a esfera jurídica. No entendimento de Bearsi, somente uma interpretação gramatical medíocre poderia ver impedimento nessa atribuição.

Sr. Presidente, o Procurador da República em Mato Grosso, Pedro Taques, disse que as investigações de corrupção estarão ameaçadas. Membros do Ministério Público fizeram ontem defesa da atribuição de investigar crimes, no encontro que houve em nosso Estado, Mato Grosso.

Continuaremos este assunto numa próxima oportunidade, uma vez que o nosso tempo está esgotado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

*Durante o discurso da Sra. Serys Silhesarenko, o Sr. Paulo Paim, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Sobre a mesa, ofício da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO PR/RJ/LB/470/02

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2002

Ref.: IPL nº 37/2002

Proc. Nº 2002.5101501647-5

Excelentíssimo Senhor Senador,

Cumprimentando-o, venho por meio deste, devolver a seguinte documentação, referente à CPI do Futebol:

Ofício nº 691/01 do BACEN à CPI do Futebol, em resposta ao Ofício nº 305/01, contendo documentação bancária da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, do Banco HSBC (Doc. 934 – Caixa 162);

Ofício nº 726/01 do BACEN à CPI do Futebol, em resposta ao Ofício nº 305/01, contendo documentação bancária da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, do Banco HSBC (Doc. 957 – Caixa 166);

Ofício nº 756/01 do BACEN à CPI do Futebol, em resposta ao Ofício nº 305/01, contendo documentação bancária da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, do Banco HSBC (Doc. 1009 – Caixa 170).

Atenciosamente, – **Lisiane Cristina Braecher**, Procuradora da República.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O expediente lido vai à publicação e será juntado ao processado do Requerimento nº 497, de 2000 – SF.

O processo retornará ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) Fazendo soar a campainha.) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Requerimento nº 816, de 2004, de autoria do Senador José Jorge, solicitando, nos termos do disposto nos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, auditoria do Tribunal de Contas da União na Casa Civil da Presidência da República, sobre a concessão e utilização de cartões de crédito corporativo por seus servidores no pagamento de despesas do Poder Executivo.

#### ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

#### SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2003-COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 786/2004 – art. 336, II) (Votação Nominal)*

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2003-Complementar (nº 72/2003-Complementar, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, e dá outras providências.

Parecer sob nº 545, de 2004, da Comissão Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma,

oferecendo a redação do vencido, para o turno suplementar.

Dependendo de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ramez Tebet, e de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Fernando Bezerra, sobre as Emendas apresentadas em turno suplementar.

## 2

### SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2003 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 735/2004 – art. 336, II)

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003 (nº 4.376/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências* (Lei de Falências).

Parecer sob nº 546, de 2004, da Comissão Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma, oferecendo a redação do vencido, para o turno suplementar.

Parecer parcial sob nº 559, de 2004, Relator: Senador Ramez Tebet, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos (sobre as emendas nºs 1 a 39, de Plenário), favorável às Emendas nºs 8, 9 e 16; apresentando a Emenda nº 40, de redação.

Parecer parcial sob nº 560, de 2004, Relator: Senador Fernando Bezerra, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (sobre as emendas de Plenário), nos termos do parecer proferido em Substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

## 3

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2003 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 698, de 2004, art. 336, II) (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que *dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais e dá outras providências*.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

## 4

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2002 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 698, de 2004, art. 336, II) (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *estabelece condições para o registro, funcionamento e fiscalização das organizações não-governamentais e dá outras providências*.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

## 5

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 2004 (Desmembrada da Proposta de Emenda à Constituição nº 228/2004, oriunda da PEC nº 41/2003, na Câmara dos Deputados, e nº 74-A/2003, no Senado Federal) (Votação Nominal se não houver emendas de redação)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2004 (nº 228/2004, na Câmara dos Deputados), que *altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências* (distribuição a Estados e ao Distrito Federal da CIDE).

Parecer favorável, sob nº 460, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

## 6

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2000 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999; 1, 5, 20, de 2000; e 15, de 2001) (Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 (nº 96/92, na Câmara dos Deputados), que *introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário, tendo*

Pareceres sob: – nºs 538 e 1.035, de 2002, da Comissão de Constituição, Justi-

ça e Cidadania, Relator: Senador Bernardo Cabral

1º pronunciamento: (sobre as Propostas): favorável, com as Emendas nºs 1 a 105-CCJ, que apresenta; encaminhando os Requerimentos de destaque nºs 340 a 356, de 2002; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999; 1, 5, 20, de 2000; e 15, de 2001, que tramitam em conjunto;

2º pronunciamento: (sobre as Emendas nºs 106 a 239, de Plenário, apresentadas durante a discussão em primeiro turno): favorável às Emendas nºs 106, 109, 111, 114, 117, 125, 133, 138, 139, 143, 146, 147, 149, 152, 159, 163, 166, 167, 194, 204, 211, 218 e 222, de Plenário; favorável, nos termos de subemendas, às Emendas nºs 54-CCJ, 177, 181, 197, 217 e 232, de Plenário; pela prejudicialidade das Emendas nºs 110, 124, 182 a 185, 189, 192, 193, 198 a 200, 202, 203, 205, 207 a 210, 212, 213, 215, 223, 228 a 231, 233, 235 a 237; e pela rejeição das Emendas nºs 107, 108, 112, 113, 115, 116, 118 a 123, 126 a 132, 134 a 137, 140 a 142, 144, 145, 148, 150, 151, 153 a 158, 160 a 162, 164, 165, 168 a 176, 178 a 180, 186 a 188, 190, 191, 195, 196, 201, 206,

214, 216, 219 a 221, 224 a 227, 234, 238 e 239, de Plenário; e

– nº 451, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em reexame), Relator: Senador José Jorge, 3º pronunciamento: favorável à Proposta na forma da Emenda nº 240-CCJ, concluindo por texto que vai à promulgação, por texto que retorna à Câmara dos Deputados, e pela apresentação, por desmembramento, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 26 e 27, de 2004; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999; 1, 5, 20, de 2000; e 15, de 2001, que tramitam em conjunto.

### **Itens 7 A 23**

Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999; 1, 5, 20, de 2000; e 15, de 2001, Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 (ITEM Nº 06)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.)*

**(OS:14523/04)**

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL  
(52ª LEGISLATURA)**

	<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		<b>SANTA CATARINA</b>
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	<b>MARANHÃO</b>	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		<b>ALAGOAS</b>
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	<b>PARÁ</b>	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		<b>SERGIPE</b>
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	<b>PERNAMBUCO</b>	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		<b>AMAZONAS</b>
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		<b>PARANÁ</b>
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	<b>MINAS GERAIS</b>	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		<b>ACRE</b>
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	<b>GOIÁS</b>	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	<b>MATO GROSSO</b>	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		<b>TOCANTINS</b>
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	<b>CEARÁ</b>	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		<b>AMAPÁ</b>
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	<b>PARAÍBA</b>	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		<b>RONDÔNIA</b>
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PSDB	Marcos Guerra		<b>RORAIMA</b>
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	<b>PIAUI</b>	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

## 1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

**TEMPORÁRIA**  
(07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)**  
**Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
<b>PMDB</b>	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

\*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E-Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

## 1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

**TEMPORÁRIA**  
(07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)**  
**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
<b>PFL</b>	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

\*Vaga cedida pelo PFL

\*\*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E-Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO  
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA  
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)  
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
<b>PDT - PPS</b>	
(vago)	(vago)

\*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E-Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA  
(07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)**  
**Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
(29 titulares e 29 suplentes)

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes\* (PMDB-AP)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

\*\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E - Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO  
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)  
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)  
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

\*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.  
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E - Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)**

**Vice-Presidente: (vago)**

**Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

\* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS  
DE NECESSIDADES ESPECIAIS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)  
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)  
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E - Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes\*(PMDB-AP)  
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)  
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Shessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E - Mail: sscmcas@senado.gov.br

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
<b>PSDB</b>	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E - Mail: sscmccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS  
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E  
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS  
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO  
(7 titulares e 7suplentes)  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati  
Vice-Presidente: Pedro Simon  
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
<b>PT</b>	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
<b>PSDB</b>	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
<b>OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)</b>	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E - Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA  
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)  
Vice-Presidente: (vago)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	2. (vago)

\* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

\*\*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

\*\*\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV  
PERMANENTE  
9 (nove) titulares  
9 (nove) suplentes  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO  
PERMANENTE  
7 (sete) titulares  
7 (sete) suplentes  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE  
PERMANENTE  
7 (sete) titulares  
7 (sete) suplentes  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**



**SENADO FEDERAL**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

**PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS**  
**(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)**

<b>TITULARES</b>		<b>SUPLENTE</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>			
<b>IDELI SALVATTI-PT</b>	<b>SC-2171/72</b>	<b>1-ANA JÚLIA CAREPA-PT</b>	<b>PA-2104/10</b>
<b>SIBÁ MACHADO</b>	<b>AC-2184/88</b>	<b>2-DELCÍDIO AMARAL-PT</b>	<b>MS-2451/55</b>
<b>ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE</b>	<b>SE-2201/04</b>	<b>3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB</b>	<b>AC-1078/1278</b>
<b>AELTON FREITAS-PL</b>	<b>MG-4018/4621</b>		
<b>DUCIOMAR COSTA-PTB</b>	<b>PA-2342/43</b>		
<b>PMDB</b>			
<b>NEY SUASSUNA</b>	<b>PB-4345/46</b>	<b>1-VALMIR AMARAL</b>	<b>DF-1961/62</b>
<b>LUIZ OTAVIO</b>	<b>PA-3050/1026</b>	<b>2-ROMERO JUCÁ</b>	<b>RR-2112/13</b>
<b>GERSON CAMATA</b>	<b>ES-1403/3256</b>		
<b>JOÃO ALBERTO SOUZA</b>	<b>MA-1411/4073</b>		
<b>PFL</b>			
<b>CÉSAR BORGES</b>	<b>BA-2212/13</b>	<b>1-JORGE BORNHAUSEN</b>	<b>SC-4206/07</b>
<b>EFRAIM MORAIS</b>	<b>PB-2421/22</b>	<b>2- PAULO OCTAVIO</b>	<b>DF-2011/19</b>
<b>JOAO RIBEIRO</b>	<b>TO-2163/64</b>		
<b>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES</b>	<b>BA-2191/92</b>		
<b>PSDB</b>			
<b>ARTHUR VIRGILIO</b>	<b>AM-1201/1301</b>	<b>1-LEONEL PAVAN</b>	<b>SC-4041/4014</b>
<b>ANTERO PAES DE BARROS</b>	<b>MT-1248/1348</b>		
<b>PDT</b>			
<b>OSMAR DIAS</b>	<b>PR-2124/5</b>	<b>1-ALMEIDA LIMA</b>	<b>SE-1312/1427</b>
<b>PPS</b>			
<b>MOZARILDO CAVALCANTI</b>	<b>RR-1160/1162</b>		

**REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS**  
**SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO**  
**TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519**  
**Fax 311-1060**

**ALA SENADOR NILO COELHO**  
**SALA Nº 06 - telefone: 311-3254**  
**Email: jcarvalho@senado.gov.br**  
**ATUALIZADA EM: 26-03-04**

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS  
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE  
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)  
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

\* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003  
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE  
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)  
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Efraim Morais	1. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.  
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)  
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E - Mail: mariadul@senado.br

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas  
E - Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**  
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

**Presidente: Senador Marcelo Crivella**  
**Vice-Presidente: Senador João Capiberibe**  
**Relator: Senador Rodolpho Tourinho**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
<b>PFL</b>	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

\*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E - Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

**Presidente: Senador Jefferson Péres**  
**Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
<b>PFL</b>	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas  
E - Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)**  
**Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
<b>PFL</b>	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

**1ª Eleição Geral:**

19.04.1995

**2ª Eleição Geral:**

30.06.1999

**3ª Eleição Geral:**

27.06.2001

**4ª Eleição Geral:**

13.03.2003

**Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA**  
**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES**

<b>PMDB</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
(Vago)	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
<b>PFL<sup>5</sup></b>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
<b>PT<sup>1</sup></b>					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)	DF	2285	3. Eduardo Suplicy	SP	3213
<b>PSDB<sup>5</sup></b>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
<b>PDT</b>					
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB<sup>1</sup></b>					
(Vago)			1. Fernando Bezerra	RN	2461
<b>PSB , PL e PPS</b>					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 16.04.2004)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e  
311-5256  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

## **CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

(Resolução nº 17, de 1993)

### **COMPOSIÇÃO**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**1ª Designação:** 16.11.1995  
**2ª Designação:** 30.06.1999  
**3ª Designação:** 27.06.2001  
**4ª Designação:** 25.09.2003

**COMPOSIÇÃO**

<b>SENADORES</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>ESTADO</b>	<b>RAMAL</b>
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko  
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB<sup>5</sup></b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Presidente nato:** Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u></b> Deputado Maurício Randes (PT-PE)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Carlos Melles (PFL-MG)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002)*

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) \*
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) \*

\* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

*(constituída na Reunião de 02/09/2002)*

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

**04 - Comissão de TV a Cabo**

*(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**

*(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)*

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

# COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

## COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

### MEMBROS NATOS <sup>(1)</sup>

<b>Senador EDUARDO SUPPLY</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputada ZULAIÊ COBRA</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

### SENADORES

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)</b>	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
<b>PFL</b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
<b>PSDB</b>	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
<b>PPS</b>	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

### DEPUTADOS

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
<b>PFL</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
<b>PMDB</b>	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
<b>PSDB</b>	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PPB</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
<b>PTB</b>	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
<b>PL</b>	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
<b>PSB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
<b>PPS</b>	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA**  
**(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Deputado CARLOS MELLES**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Deputado <b>ARLINDO CHINAGLIA</b> (PT-SP)	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Senador <b>RENAN CALHEIROS</b> (PMDB-AL)
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Deputado <b>JOSÉ THOMAZ NONÔ</b> (PFL-AL)	<b>LÍDER DA MINORIA</b> Senador <b>SÉRGIO GUERRA</b> (PSDB -PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado <b>CARLOS MELLES</b> (PFL-MG)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador <b>EDUARDO SUPPLY</b> (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

## **PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL**

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

## **PREÇO DE ASSINATURA ANUAL**

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

Ug 020055  
Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-X
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**  
**PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900**  
**CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Atendimento Econômico-Financeiro/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir



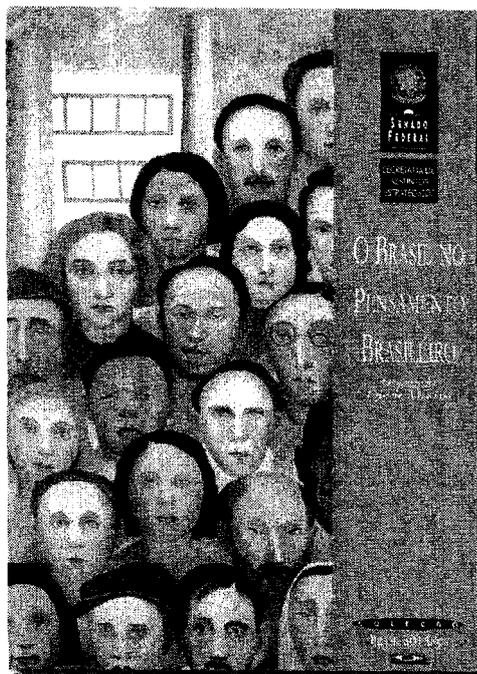
SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djalir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



**EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS**